

Uma crise de múltiplas dimensões: uma reflexão sobre o processo de integração regional da Europa próximo de completar sete décadas 2

A multiple-dimension crisis: reflections on Europe's regional integration process close to completing seven decades

Una crisis multidimensional: una reflexión sobre el proceso de integración regional de Europa cerca de completar siete décadas

Patrícia Nasser de Carvalho

Tendências e desafios da Política Externa de Bolsonaro: resgate do choque das civilizações, declínio da ordem liberal e rupturas internas 10

Trends and challenges of Bolsonaro's Foreign Policy: rescuing the clash of civilizations, the decline of the liberal order and internal disruptions

Tendencias y desafíos de la política exterior de Bolsonaro: rescate del choque de civilizaciones, declive del orden liberal e rupturas internas

Klei P. Medeiros

Vinícius H. Vilas Boas

Enrico M. Andrade

Les origines du conflit syrien (2011-2018): de l'hégémonie Baathiste à la suprématie néolibérale 19

As origens do conflito sírio (2011-2018): da hegemonia Baathista à supremacia neoliberal

The origins of the Syrian conflict (2011-2018): from Ba'athist hegemony to neoliberal supremacy

Felipe Costa Lima

The Beijing Consensus and the New Silk Road in Africa: Chinese investments in new disputes of hegemony 27

O Consenso de Pequim e a Nova Rota da Seda na África: investimentos chineses em novas disputas de hegemonia

El Consenso de Pekín y la Nueva Ruta de la Seda en África: inversiones chinas en nuevas disputas de hegemonía

Lucas Gualberto do Nascimento

Vulnerabilidade socioambiental: uma análise do ciclone Idai em Beira – Moçambique e suas implicações internacionais 39

Socio-environmental vulnerability: an analysis of Idai hurricane in Beira – Mozambique and its international implications

Vulnerabilidad socio ambiental: un análisis del ciclón Idai en Beira - Mozambique y sus implicaciones internacionales

Aureliane Aparecida de Araújo

Tomé Francisco Chicombo

Joelton Carneiro de Lima

Resenha: Livro Sobre a Guerra organizado por José Luís Fiori examina a relação entre a guerra e a ética 52

Simone Kawakami Gonçalves Costa



Uma crise de múltiplas dimensões: uma reflexão sobre o processo de integração regional da Europa próximo de completar sete décadas

A multiple-dimension crisis: reflections on Europe's regional integration process close to completing seven decades

Una crisis multidimensional: una reflexión sobre el proceso de integración regional de Europa cerca de completar siete décadas

Patrícia Nasser de Carvalho¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p2

Recebido em: 21 de dezembro de 2018
Aprovado em: 19 de agosto de 2019

Resumo

Após quase sete décadas em curso, o processo de integração regional da Europa experimenta a sua mais grave crise, que tem múltiplas dimensões. A partir de uma leitura conjuntural, o objetivo deste artigo é refletir sobre como se caracteriza essa atual crise, de que forma ela impõe desafios e quais são eles.

Palavras-chave: Europa. Integração Regional. Crise.

Abstract

After almost seven decades in progress, Europe's regional integration process is experiencing its most serious crisis, which is a multiple-dimensions one. From a conjuncture analysis, the objective of this article is to reflect on how this current crisis is characterized, how it imposes challenges and what they are.

Keywords: Europe. Regional Integration. Crisis.

Resumen

Después de casi siete décadas en progreso, el proceso de integración regional de Europa experimenta su crisis más grave, que tiene múltiples dimensiones. A partir de una lectura conjuntural, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre cómo se caracteriza esta crisis actual, cómo impone desafíos y cuáles son ellos.

Palabras clave: Europa. Integración regional. Crisis.

1 Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8152-9779>.

O processo de integração regional da Europa experimenta a sua mais grave crise de múltiplas dimensões com traços de crise estrutural. Pensar esse processo de forma crítica, a partir de uma leitura conjuntural, quando ele está próximo de completar sete décadas, é um exercício que permite refletir sobre seus pontos de fragilidades e seus desafios atuais, a despeito dos seus históricos alcances e inovações em vários aspectos das relações internacionais.

Em termos fiscais, essa crise é consequência da Crise da Zona do Euro e da grande dificuldade de solucioná-la de maneira coordenada. A união monetária, em construção desde o início dos anos 1970, mas em vigor desde a década de 1990, submeteu todos os seus membros, em estágios diferentes de desenvolvimento político e econômico, a denominadores comuns em termos de disciplina macroeconômica sem dispor de instrumentos compatíveis com as condições de cada um. O choque de consequências assimétricas, provocado pela crise financeira norte-americana de 2008, explicitou ainda mais as falhas estruturais da integração monetária. As economias da Zona do Euro se dividiram em credoras, da parte norte ou do centro, e devedoras, localizadas ao sul ou na periferia do continente. Isso aconteceu porque os países da periferia europeia, sobretudo a Grécia, experimentaram largos déficits fiscais, em razão da abundante oferta de crédito e baixas taxas de juros em seus mercados, no início dos anos 2000, além de desequilíbrios acumulados na balança comercial e aumento dos custos trabalhistas, tendo em vista a rigidez estrutural das suas economias e crescimento econômico com endividamento em anos anteriores. Em 2009, quando os impactos da crise financeira norte-americana atingiram a Europa, o mercado de crédito privado entrou em colapso, aprofundando os déficits

fiscais e, consequentemente, as dívidas públicas desses países. Assim, difíceis negociações para a adoção de programas de socorro financeiro a governos e bancos subordinaram os membros mais frágeis da Zona do Euro a diversas combinações de políticas de austeridade fiscal e de reformas estruturais draconianas (HALL, 2016), as quais geraram mais desequilíbrios e desgostos.

Isso ocorreu porque a partir de 2010, a saída para a crise fiscal, que se configurou na Zona do Euro, foi conduzida por processos de barganha por concessões entre as instituições da União Europeia (UE) e as economias nacionais da Zona do Euro. Desde os anos 1990, a política monetária dos Estados membros da UE seguia as diretrizes da autoridade supranacional, o Banco Central Europeu (BCE). Isso implicou em menor autonomia decisória sobre elas por parte dos governos nacionais. No que se refere à política fiscal, embora suas metas também fossem comuns aos Estados membros, ela permaneceu a cargo dos governos nacionais e era rigorosa ao estabelecer limites de gastos e de dívidas públicas. Por esse motivo, a política fiscal se tornou uma das questões mais prementes da perspectiva das autoridades nacionais e europeias, tornando-se um tema politizado, ao sujeitar as economias desequilibradas a uma severa disciplina macro. A política monetária, em contrapartida, manteve-se uma questão mais técnica.

No auge da crise, entre 2010 e 2011, e na ausência de um “emprestador de última instância” ou uma estrutura política centralizada e teoricamente preparada para lidar com as crescentes dívidas públicas, a Troika – composta pela Comissão Europeia, pelo BCE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) –, passou a supervisionar ainda mais rigorosamente a política fiscal dos Estados periféricos (CAPORASO; RHODES, 2016). Além disso, ela proveu assis-

tência financeira para os países mais vulneráveis a partir da criação de fundos e instrumentos, aplicados essencialmente no âmbito intergovernamental. Insuficientes para restabelecer o equilíbrio macroeconômico (MARZINOTTO, 2016), na prática, essas medidas paliativas esconderam o fracasso de décadas do projeto neoliberal de integração da Europa dirigido por uma elite transnacional desde os anos 1980, beneficiada com a transnacionalização e a globalização da economia europeia (VAN APELDOORN, 2012).

Dessa forma, além de seguir as diretrizes comuns de políticas macroeconômicas estipuladas pelas instituições comunitárias para a formação da União Monetária Europeia (UME), como taxas de câmbio fixas e regimes de economia política, as quais deixaram pequeno raio de manobra aos Estados membros da UE para gerir sua política monetária, desde os anos 1970, os países mais vulneráveis da periferia europeia sofreram de distintas formas com o rigoroso plano de ajustes, sobretudo após a crise da Zona do Euro. Frente à pressão para liberalização do capital nos mercados financeiros desregulados pelas economias mais fortes, as quais aspiravam, prioritariamente, à estabilidade macroeconômica e à desregulamentação financeira, a flexibilização de salários se tornou um mecanismo de ajustamento, colocando mais tensão sobre países que já eram deficitários (STOCKHAMMER, 2014), os que eram também os economicamente mais fragilizados.

Por conseguinte, os conflitos políticos dominaram as respostas à Crise da Zona do Euro. O Banco Central expandiu suas funções no amplo escopo das negociações com os Estados membros. O Conselho Europeu, formado pelos chefes de Estado e de governo, além do seu presidente e o da Comissão Europeia, ganhou

mais poder do que inicialmente concebido pelo Tratado de Lisboa (em vigor desde 2009). Em certa medida, em algumas áreas, o Conselho tomou o espaço, que anteriormente era da Comissão Europeia, sobretudo no que se refere ao seu papel de proponente de agenda e de iniciadora das propostas legislativas (FABBRINI, 2013). Especialmente nas áreas bancária e de política fiscal, o tradicional método comunitário de tomada de decisões, – centrado na tríade Comissão Europeia-Parlamento Europeu (PE)-Conselho de Ministros da UE – perdeu força para as decisões centradas em instituições intergovernamentais, que se manifestaram nas cúpulas e em acordos não baseados em tratados, mas dominados por alguns poderosos Estados membros. Antes da crise, a importância do Conselho já crescia; depois dela, face à urgência das respostas às situações de crise, o Conselho ganhou maior *status* político. Essa ascensão foi apoiada por forças muito poderosas, em particular pela Alemanha. Portanto, na área monetária e bancária, o poder político das instituições intergovernamentais prevaleceu sobre o supranacionalismo da Comissão Europeia, criada para ser a instância responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus, e onde deveriam ser buscadas soluções comunitárias para a retomada do equilíbrio macroeconômico a partir do gerenciamento compartilhado de recursos para resgates de economias (OTERO-IGLESIAS, 2017).

Como consequência disso, grande parte das economias europeias periféricas enfrenta, há mais de uma década, estagnação ou baixo ritmo de recuperação, altos índices de desemprego e gradativos obstáculos à melhoria da sua competitividade, revertidos na crescente desigualdade socioeconômica e de salários (DUNGACIU, 2017). Esse cenário pode ser explica-

do também pelo fato de que a crise fiscal das economias da Zona do Euro se transformou em uma crise financeira (BULMER; JOSEPH, 2016), tendo em vista que a ameaça de bancarrota dos países do Sul face às suas altas dívidas públicas deixou os bancos do Norte altamente expostos ao risco e as economias credoras dessa região pouco abertas à concessão de novos créditos (SCHIMMELFENNING, 2018).

A crise do processo de integração regional da Europa tem como uma de suas outras vertentes a crise migratória, um tema que, da perspectiva de políticos e de cidadãos, representa uma ameaça externa, pois a entrada de migrantes é constantemente relacionada ao seu continuado temor de ataques terroristas e outros crimes e com o aumento dos gastos públicos com políticas destinadas a esse grupo. Grandes fluxos de migrantes, os quais há anos chegam às fronteiras da UE por meios ilegais, vindos especialmente do Norte da África e do Oriente Médio, aumentaram drasticamente a partir de 2015 (METCALFE-HOUGH, 2015). Dessa forma, a segurança nacional de cada país se tornou prioridade para muitos governos nacionais europeus, os quais, a despeito de que desde 2003 viessem buscando soluções conjuntas, a partir de uma política de asilo e de refúgio mais integrada através da aprovação de uma série de diretivas e regulamentos comuns, não esperavam que o número de pessoas pedindo refúgio se elevasse em proporções tão alarmantes como nos últimos anos (BUONANNO, 2017).

Com a escalada da pressão migratória sobre a Europa, muitos Estados membros da UE preferiram aplicar soluções individuais de natureza nacionalista, como o fechamento das fronteiras externas, suspendendo parcialmente as regras de livre trânsito na área de Schengen (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). Eles tam-

bém se opuseram ao sistema de quotas de refugiados criado para aliviar a situação de países que estão na linha de frente de entrada de fluxos de pessoas, alegando diferenças econômicas e culturais com os migrantes, e que esse sistema estaria em vigor como um instrumento imposto pela Alemanha, a sua maior defensora. Sendo assim, a área de Schengen permanece sem um mecanismo comum de divisão dos custos de recebimento desses imigrantes entre Estados membros e organizações supranacionais que possam, de fato, apoiar de modo coordenado os Estados membros da UE nas áreas de segurança, inteligência, justiça e direitos humanos.

Com efeito, apesar de que a UE tenha avançado em várias políticas relacionadas às suas fronteiras externas, nos últimos anos, a sua abordagem para a imigração irregular e para os exilados ainda não conseguiu se basear na solidariedade e na partilha das responsabilidades (BUONANNO, 2017), como prevê a Política de asilo da UE. As divergências entre os líderes dos países europeus ajudam a alimentar os discursos xenófobos de partidos de extrema direita, que, mais do que nunca, defendem a aplicação de rigor sem precedentes na política de migração.

No que se refere à crise geopolítica, as atitudes confrontantes da Rússia em relação à UE e à comunidade internacional, sobretudo após a anexação da Criméia, em 2014, mostraram a tônica do plano de poder expansivo russo em sua área de influência, além do seu esforço para travar uma guerra normativa com a Europa. Ao erodir o consenso liberal ocidental do pós-Guerra Fria, negar a ideia de mundo unipolar nos dias atuais e apoiar os partidos europeus de extrema direita na UE, os russos se utilizam de meios não convencionais, como *hacking*, espionagem e manipulação da mídia (LIIK, 2018) para se colocar

como uma grande potência global. Além disso, os diversos problemas étnicos, religiosos, políticos e territoriais nos países vizinhos a UE, especialmente na Turquia, onde há a maior concentração de potenciais refugiados e asilados cujo destino é a Europa, e o seu atual governo, que se coloca contra o bloco europeu em variados aspectos, elevam a sensação de vulnerabilidade da sociedade europeia na fronteira com a Ásia.

Em reação, a política de defesa continua se desenvolvendo em nível europeu. Desde que foi apresentada, em 2016, a Estratégia Global da UE (EUGS) para Política Externa e de Segurança Comum (PESC) tem como objetivo promover a cooperação mais estreita em segurança e defesa de maneira mais pragmática, após a identificação dos seus desafios urgentes, além de reafirmar que a ordem internacional deve se assentar em normas e instituições multilaterais.

De fato, esse é um importante passo e um sinal de que a UE busca ampliar a sua projeção internacional. Contudo, ainda parece muito difícil que a Estratégia alcance consenso interno sobre o uso comum das capacidades militares dos Estados membros (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). No caso da política externa, acontece o mesmo. Apesar de que a reforma institucional, determinada pelo Tratado de Lisboa tenha melhorado os seus mecanismos decisórios, a posição internacional da UE foi enfraquecida nos últimos dez anos. Enfatizando o *soft power*, a preferência por soluções jurídicas, primando pela democracia como valor histórico e pela diplomacia multilateral como instrumento político, a UE tem enfrentado dificuldades de se ajustar a um mundo multipolar governado cada vez mais pela disputa de poder refletida no aumento das tensões geopolíticas. Poucos Estados Membros estão dispostos a se subordinar à política externa comum da UE

de caráter essencialmente supranacional (LEHNE, 2017). Apesar do Tratado de Amsterdã (1999) ter criado o posto de Alto Representante da PESC e de outras inovações, os governos e as instituições europeias ainda preferem manter relações diplomáticas essencialmente individuais em muitos temas. Como resultado, a UE não consegue ser a potência normativa global que pretende, por exemplo, ao manter relações com países os quais não são democracias e não aceitam interferência em seus assuntos internos. Além disso, mais recentemente, a PESC não parece conferir fôlego para que a UE se coloque no mesmo nível de Estados Unidos e China no jogo competitivo global no comércio e na diplomacia.

Para agravar essa situação, desde a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, as relações transatlânticas estão abaladas. As provocações do presidente norte-americano aos líderes europeus e as posições políticas dicotômicas em vários assuntos em ambos os lados do Atlântico parecem esfriar o seu relacionamento, alinhado desde o final da Segunda Guerra Mundial, à medida que se coloca o prospecto de desmobilização norte-americana do sistema regional de segurança coletiva na Europa, representado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de 1948. Em julho de 2018, Trump criticou os europeus por supostamente se “aproveitarem” dos recursos dos Estados Unidos dentro da aliança transatlântica (NYE, 2017). Mesmo que esse sistema não seja desgarnecido no curto prazo, até porque o presidente dos Estados Unidos não é o único ator da política externa desse país, os norte-americanos pressionam a UE para ampliar a sua contribuição financeira à OTAN. Trump ainda vem atacando a unidade europeia e se colocando

contra os pilares do Sistema Internacional liberal multilateral instituído pelos Aliados capitalistas no pós-Segunda Guerra.

As tensões entre os Estados Unidos e a UE acerca do futuro das estruturas globais de governança multilaterais se manifestam em várias áreas. A maior parte das estruturas globais de governança é vista como incapaz de enfrentar os desafios atuais. Elas estão enfraquecidas como alavancas de cooperação transatlântica (WICKETT, 2018), à medida que norte-americanos e europeus estão enfrentando desafios internos e internacionais similares. A dificuldade de competir com a China nos mercados doméstico e internacional é um deles. Suas consequências para a adaptação da estrutura produtiva e a contratação de mão-de-obra são diretas para todos os países do mundo. No caso da UE, efetivamente, as reações políticas nacionalistas e populistas dos partidos que exploram a ideia de que as elites abandonaram as classes trabalhadoras nas últimas décadas cativam os cidadãos (RILEY; GHILLÈS, 2016) e reforçam a ideia de que os Estados membros devem demandar que as políticas comuns sejam adotadas de distintas formas e, dependendo do caso, de modo mais flexível, ou mesmo com múltiplas velocidades (LERUTH; LORD, 2015). Sem dúvida, o Reino Unido é o maior exemplo de integração diferenciada na Europa, muito antes da aprovação de sua saída da UE no referendo popular de junho de 2016, o *Brexit*.

A “crise existencial” da UE como projeto político, econômico e social (SANAHUJA, 2012), em grande medida ainda pode ser creditada às dificuldades das instituições europeias de alcançarem soluções coletivas frente às diversas posições individuais, dada a sua frágil capacidade de harmonização dos interesses políticos e das condições socioeconômicas dos Estados

membros da UE. Philippe Schmitter (1970), experiente pesquisador sobre o processo de integração da Europa, chamou a atenção para isso décadas atrás, ao identificar que o projeto de integração regional da Europa estava sendo construído sobre expectativas frustradas e desapontamentos das suas partes porque não foram institucionalizados mecanismos eficientes no âmago do projeto integrativo para promover a harmonização política, orçamentária e tributária entre os Estados membros. Essa é uma das características de uma unidade federativa da Europa, como previram os primeiros projetos de união no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em trabalho mais recente, o mesmo autor conclui, como consequência disso, que a atual crise política da UE não somente ganhou magnitude maior que o esperado, tanto supranacional quanto intergovernamental, mas também parece ter penetrado negativamente nas instituições políticas nacionais dos Estados membros (SCHMITTER, 2015). Embora desde 2009 novas medidas e tratados tenham sido aprovados e introduzidos na tentativa de atenuar as pressões do mercado sobre os Estados membros mais fragilizados da Zona do Euro, eles foram considerados ineficazes pelos mercados financeiros e ilegítimos por muitos cidadãos (FABBRINI, 2013).

De modo especial, nos últimos anos, as dificuldades de manutenção da legitimidade das instituições supranacionais da UE, concentradas em Bruxelas, vêm implicando na diminuição do entusiasmo dos seus Estados membros e da sociedade para apoiar o avanço do processo de integração regional, uma vez que se amplia a sua desconfiança sobre os custos *versus* os benefícios de participar dele. Aos olhos de muitos cidadãos, a UE continua sendo uma tecnocracia (HALL, 2016) e a sua legitimidade

está pautada basicamente na sua capacidade de promover prosperidade no continente. Segundo Habermas (2012), ao longo das décadas, a elite burocrata europeia falhou em reforçar para os cidadãos a história de superação das rivalidades interestatais dos países da Europa, alcançando a paz pela integração.

A fragilidade político-institucional da UE e a sua incapacidade de minimizar insatisfações e harmonizar decisões sobre temas sensíveis resultam nos atuais conflitos distributivos e na frágil coesão política, econômica e territorial entre os seus Estados membros (SANAHUJA, 2012) e cada vez mais em cidadãos que não se sentem parte importante desse projeto porque poucos decidem sobre ele. Apesar de os instrumentos democráticos terem sido fortalecidos na UE, sobretudo com o desenvolvimento e participação dos partidos políticos no Parlamento Europeu (PE), e que o Tratado de Lisboa tenha lhe conferido maior poder de decisão como órgão legislativo, ironicamente foi ampliado o espaço para que os líderes nacionais protegessem sistemas políticos domésticos de forma autocrática. Isso pôde ser percebido nos atos autoritários recentes que ocorreram em vários países do Leste Europeu, onde houve vários episódios de cerceamento à liberdade de expressão e restrição de direitos políticos. Isso demonstra que os valores democráticos da UE estão sendo atacados. Assim, a crise política coloca mais pressão sobre o arcabouço político-institucional europeu (PIROZZI, TORTOLA; VAI, 2017), que repercute no crescente euroceticismo.

Por fim, há uma crise de liderança na UE. A Alemanha, que historicamente teve esse papel no processo de integração da Europa, parece relutar em se colocar no frente das negociações em defesa da união política e das instituições supranacionais. Ainda que ela continue reto-

ricamente afirmando que o caminho político para a UE é a concessão de soberania nacional dos Estados membros às instituições comunitárias supranacionais e uma união cada vez mais federalizada da Europa (OTERO-IGLESIAS, 2017), a sua posição reflete o desejo de que as instituições europeias sigam, acima de tudo, o modelo alemão de promoção de estabilidade macroeconômica (SCHILD, 2013). Os alemães estão mais empenhados em proteger seus próprios interesses e, por conseguinte, insistem na disciplina fiscal como condição primordial para o avanço da integração regional (PETERSON, 2011). Como consequência disso, a liderança da Alemanha na UE se enfraquece, pois ela não consegue o apoio de muitos dos seus demais parceiros do bloco em outras questões.

Diante deste cenário, próximo do processo de integração da Europa completar sete décadas e face a essa crise de múltiplas dimensões, é provável que ele tenha que continuar se adaptando, mesmo que isso signifique gradativamente mais exceções às regras existentes e integração em diferentes velocidades.

Referências

- BULMER, Simon; JOSEPH, Jonathan. European integration in crisis? Of supranational integration, hegemonic projects and domestic politics. **European Journal of International Relations**, London, v. 22, n. 4, p. 725-748, dez. 2016.
- BUONANNO, Laurie. The European Migration Crisis. In: DESMOND, Dinan; NUGENT, Neil; PATERSON, William E. **The European Union in Crisis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 100-130.
- CAPORASO, James; RHODES, Martin. Introduction. In: CAPORASO, James; RHODES, Martin. **The Political and Economic Dynamics of the Eurozone Crisis**, New York: Oxford Academic Press, 2016, p. 1-14.
- DUNGACIU, Dan. "Perfect Storm" in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences. In: DUNGACIU, Dan; IORDACHE, Ruxandra. **"Perfect Storm" in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences**. Cam-

bridge: Cambridge University Press, 2017, p. 2-24.

FABBRINI, Sergio. Intergovernmentalism and Its Limits: Assessing the European Union's Answer to the Euro Crisis. **Comparative Political Studies**, London, v. 46, n. 9, p. 1-27, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Sobre a Constituição da Europa**: um ensaio. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HALL, Peter A. The Euro Crisis and the Future of the European Integration. In: HALL, Peter A. (org.). **The Search for Europe**. Madrid: BBVA, 2016, p. 47-67. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/hall/files/hall2016_insrchofeur.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

LEHNE, Stefan. Is There Hope for EU Foreign Policy?. **Carnegie Europe Paper**, Brussels, p. 1-20, dez. 2017. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/CP_322_Lehne_EU1.pdf. Acesso em 21 out. 2018.

LERUTH, Benjamin; LORD, Christopher. Differentiated Integration in the European Union: A Concept, a Process, a system or a theory? **Journal of European Public Policy**, London, v. 22, n. 6, p. 754-763, mar. 2015.

LIJK, Kadri. Winning the Normative War with Russia: an EU-Russia Power Audit. **European Council on Foreign Relations Policy Brief**, London, p. 1-48, mai. 2018. https://www.ecfr.eu/publications/summary/winning_the_normative_war_with_russia_an_eu_russia_power_audit. Acesso em: 01 nov. 2018.

MARIZINOTTO, Benedicta. 'United We Fall': The Euro Area's Silent Balance of Payment Crisis in Comparison with Previous Ones. In: CAPORASO, James A.; RHODES, Martin. **The Political and Economic Dynamics of the Eurozone Crisis**, New York: Oxford Academic Press, 2016, p. 100-121, METCALFE-HOUGH, Victoria. The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions. **ODI Briefing**. Overseas Development Institute, London, p. 1-6, out. 2015. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9913.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

NYE, Joseph S. Trump's Gift to Europe. **Project Syndicate**, Prague, jul. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-spurs-european-defense-integration-by-joseph-s--nye-2017-07?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 10 out. 2018.

OTERO-IGLESIAS, Miguel. Still waiting for Paris: Germany's reluctant hegemony in pursuing political union in the Euro Area. **Journal of European Integration**, London, v. 39, n. 3, p. 349-364, fev. 2017.

PIROZZI, Nicoletta; TORTOLA, Pier D. VAI; Lorenzo. **Differentiated Integration**: a Way Forward for Europe. EU-60. Refounding Europe, Roma: Instituto Affari Internazionali, mar. 2017. Disponível em: https://www.iai.it/sites/default/files/eu60_8.pdf. Acesso em 17 out. 2018.

PETERSON, William. The Reluctant Hegemon? Germany moves centre stage in the European Union. **Journal of Com-**

mon Market Studies, London, v. 49, n. 1, p. 57-75, ago. 2011.

RILEY, Alan; GHILLÈS, Francis. Brexit: Causes and Consequences. **Notes International CIDOB**, n. 159, Barcelona, 2016.

SANAHUJA, José Antonio. Las cuatro crisis de la Unión Europea. In: MESA, Manuela. **Cambio de ciclo: crisis, resistencias y respuestas globales**. Anuario 2012-2013. Madrid: Centro de Educación e Investigación para la Paz (CEIPAZ), 2012, p. 51-83.

SCHILD, Johaquir. Leadership in hard times: Germany, France and the management of the Eurozone crisis, **German Politics & Society**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 24-47, mar. 2013.

SCHMITTER, Philippe C. A Revised "Theory of Regional Integration". **International Organization**, Cambridge, v. 24, n. 4, p. 836-868, outono, 1970.

SCHMITTER, Philippe C. Neo-Functionalism as a Theory of Disintegration. **22nd CES Conference**, Paris, July 8-10, 2015, p. 1-39. Disponível em: <https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/Neo-F-Disintegration.final.pdf>. Acesso em 23 nov. 2018.

SCHIMMELFENNING, Frank. European integration (theory) in times of crisis: a comparison of the euro and Schengen crises. **Journal of European Public Policy**, London, v. 25, n. 7, p. 969-989, mar. 2018.

STOCKHAMMER, Engelbert. The Euro Crisis and contradictions of Neoliberalism in Europe. **Post Keynesian Economics Study Group Working Paper**, London, n. 1401, p. 1-18, jan. 2014.

VAN APELDOORN, Baastian. The eurocrisis and the crisis of neoliberal Europe: Dilemmas for Europe's transnational corporate elite. **Corporate Europe Observatory**, Brussels, 23 abr. 2012. Disponível em: <https://corporateeurope.org/eu-crisis/2012/04/eurocrisis-and-crisis-neoliberal-europe-dilemmas-europe-transnational-corporate>. Acesso em: 15 dez. 2018.

WICKETT, Xenia. Transatlantic Relations Converging or Diverging? Chatham House Report, **US and the Americas Programme**, London, p. 1-89, jan. 2018. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-01-18-transatlantic-relations-converging-diverging-wickett-final.pdf>. Acesso em 03 dez. 2018.



Tendências e desafios da Política Externa de Bolsonaro: resgate do choque das civilizações, declínio da ordem liberal e rupturas internas

Trends and challenges of Bolsonaro's Foreign Policy: rescuing the clash of civilizations, the decline of the liberal order and internal disruptions

Tendencias y desafíos de la política exterior de Bolsonaro: rescate del choque de civilizaciones, declive del orden liberal e rupturas internas

Klei P. Medeiros¹

Vinícius H. Vilas Boas²

Enrico M. Andrade³

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p10

Recebido em: 15 de junho de 2019
Aprovado em: 06 de outubro de 2019

Resumo:

Aqui propomos que o olhar externo de Bolsonaro, do chanceler e do incipiente movimento conservador brasileiro encontram eco em abordagens como a do “choque das civilizações”, de Huntington - que parece estar sendo resgatada e adaptada ao contexto da década de 2010. Isso soma-se à uma desconfiança da ordem liberal global e a tentativas de transformar o ethos e o funcionamento tradicional do Itamaraty.

Palavras-chave: *Política Externa de Bolsonaro. Choque das Civilizações. Ordem liberal global.*

Abstract:

Here we propose that the external view of Bolsonaro, the chancellor and the incipient Brazilian conservative movement is echoed in approaches such as Huntington's “clash of civilizations” - which seems to be being rescued and adapted to the context of the 2010s. Added to this, there is a distrust of the global liberal order and attempts to transform the ethos and traditional functioning of the Ministry of Foreign Affairs.

Keywords: *Bolsonaro Foreign Policy. Clash of Civilizations. Global liberal order.*

- 1 Professor de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), doutorando no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0241-7742>
- 2 Pesquisador do Grupo de Pesquisa das Potências Médias (GPPM-PUC-Minas), bolsista do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP-PUC-Minas) e graduando em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4203-5546>
- 3 Pesquisador do Grupo de Pesquisa das Potências Médias (GPPM-PUC-Minas), bolsista do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP-PUC-Minas) e graduando em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1988-3398>

Resumen:

Proponemos aquí que la mirada externa de Bolsonaro, del canciller y del incipiente movimiento conservador brasileño se hace eco en enfoques como el del “choque de civilizaciones”, de Huntington, que parece estar siendo rescatado y adaptado al contexto de los años 2010. A esto se agrega una desconfianza en el orden liberal global e intentos de transformar el ethos y el funcionamiento tradicional del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Palabras clave: *Política Exterior de Bolsonaro; Choque de civilizaciones; Orden liberal global.*

Introdução

As primeiras medidas do Governo Bolsonaro no âmbito externo, como a viagem à Israel e aos Estados Unidos (EUA), bem como as mudanças no Itamaraty, levaram a uma discussão entre acadêmicos e *policymakers* a respeito da visão de mundo dos atuais formuladores da política exterior brasileira. Portanto, aqui se investiga a lógica por trás do pensamento conservador brasileiro como vinculada a uma ressignificação do “choque das civilizações” no pós-Guerra Fria, somado à recente discussão a respeito do suposto declínio da ordem internacional liberal. Ao mesmo tempo, as primeiras ações do governo Bolsonaro demonstram uma ruptura interna no pragmatismo e na racionalidade-burocrática, típicos da diplomacia brasileira e, consequentemente, um desafio no sentido de conferir coerência aos receptores internacionais e internos de tal política nos próximos anos.

Neste artigo, não defendemos que a abordagem do “choque das civilizações” é de fato uma boa fonte de explicação para as relações internacionais atuais, mas sim que é uma perspectiva que explica como o incipiente movimento conservador brasileiro enxerga o mundo. Incubada ao longo dos anos 2000, a explicação culturalista, religiosa e civilizacional é resgatada aos fins da década de 2010. Sua ressignificação e interpretação por parte dos to-

madores de decisão brasileiros são apresentadas aqui como estreitamente vinculadas ao debate recente sobre o fracasso da ordem liberal. Esta é acusada de não ter sido capaz de conter a multipolarização e a diversificação de um mundo cada vez menos ocidental.

O conservadorismo dos anos 2010 e a ressignificação do choque das civilizações como interpretação do desafio multipolar

O mundo pós-Guerra Fria é marcado por uma tendência à multipolaridade sistêmica e a um questionamento da unipolaridade estadunidense. No nível da ordem internacional, se ao fim da Guerra Fria interpretava-se o momento como o “fim da história” e o triunfo do liberalismo internacional (FUKUYAMA, 1992), outras interpretações sugeriram mudanças identitárias e simbólicas, que direcionam a política global a uma reconfiguração conflitiva baseada em parâmetros culturais. Essa segunda interpretação, concebida por Samuel Huntington (1996), embora inicialmente concernente ao contexto dos anos 1990, permite compreender uma série de processos que se intensificam na segunda metade dos anos 2010.

Segundo Huntington (1996), no pós-Guerra Fria, o mundo é tanto multipolar quanto “multicivilizacional”. Neste contexto,

a política local se torna étnica e a política global se torna civilizacional, de modo que as distinções mais importantes entre as pessoas são culturais, tornando a cultura uma força tanto divisível quanto unificadora. As forças de integração no mundo geraram “contraforças” culturais e consciência civilizacional, incitando a produção de inimigos para reforçar diferenças identitárias, que crescem conforme a religião é revitalizada e relacionada a pautas políticas (HUNTINGTON, 1996).

Nos anos 1990 e 2000, a ideia de choque das civilizações se atrelava à cisão entre a civilização árabe-muçulmana e o mundo ocidental, sobretudo com a ascensão da temática do terrorismo e sua associação com a comunidade muçulmana. Na década de 2010, verifica-se, por parte do movimento conservador, um olhar mais atento e desconfiado sobre a ascensão chinesa e a sua conexão com a Rússia como ameaças ao mundo ocidental. Por outro lado, estudos sobre “mundo pós-ocidental” (ACHARYA; BUZAN, 2009; KUPCHAN, 2012; STUENKEL, 2016) se difundiram, em meio a uma crescente ascensão geoeconômica da Ásia e a uma disputa global pelo controle geopolítico sobre o Oriente Médio como área estratégica entre Europa, Rússia e China.

Mesmo que o movimento conservador tenha uma longa trajetória interna em alguns países, como nos Estados Unidos, o descontentamento com a crise econômica, após 2008, parece ter reforçado o movimento no sentido de culpar o “estrangeiro” e o mundo oriental por problemas que derivam, muitas vezes, de falhas governamentais internas. Esse processo interno envolve uma desconfiança da democracia em geral (CASTELLS, 2018), por um lado, e uma tentativa de inserir na política externa uma forma de ação que garanta a preservação

da cultura judaico-cristã e um enfrentamento mais incisivo em relação às diversas civilizações orientais, por outro. Se a globalização era vista como benéfica aos EUA e à Europa nos anos 1990, ao proporcionar difusão econômica e de *soft power* cultural para todas as regiões do globo, agora o movimento é inverso: a globalização e a abertura são vistas como ameaças aos seus antigos defensores, seja pela ascensão econômica de regiões periféricas e semi-periféricas, seja por proporcionar maior facilidade de influência de civilizações antes invisíveis.

Desse modo, a homogeneidade promovida pela globalização neoliberal nos anos 1990 passou a ser vista como culpada na década de 2010. A ascensão da extrema-direita em países como a Itália, Hungria, Polônia, Brasil e, mesmo nos Estados Unidos, tem explícito caráter cultural, uma vez que a defesa de “valores ocidentais” é discurso presente na retórica de líderes destes Estados. Interessante é notar que, segundo a definição de Huntington (1996), a civilização ocidental é composta apenas por Estados Unidos e Europa Ocidental, o que exclui o Brasil do grupo. Ainda assim, a defesa do Ocidente e da sociedade judaico-cristã é discurso recorrente na nova política externa brasileira.

Mas por que no Brasil essa discussão é só recuperada agora? Ao longo do século XX, o país evitou envolver-se nas disputas entre grandes e superpotências; mas, em momentos decisivos e, como um todo, esteve sempre atrelado à órbita de influência norte-americana e europeia. Com as políticas de Cooperação Sul-Sul e a aproximação com China, Índia e Rússia, sobretudo no âmbito dos BRICS, na década de 2000 e 2010, o movimento conservador brasileiro passou a enxergar a ascensão do Oriente como parte de um mesmo processo globalizante vinculado à permissividade com que a

estratégia liberal norte-americana concebeu o mundo no início do Pós-Guerra Fria. Portanto, os *policy-makers* atuais no Brasil vinculam a ascensão de novas regiões e civilizações, típicos da tendência multipolar, às falhas da lógica da ordem liberal concebida nos anos 1990.

O declínio da ordem internacional liberal visto como esperança para reerguer o Ocidente

A ideia de ordem liberal considera a possibilidade de interdependência e múltiplas influências culturais e civilizacionais. Portanto, passou a ser associada, por movimentos conservadores, ao declínio do Ocidente. Ordem é uma amálgama de instituições internacionais que ajudam na governança das interações entre os Estados que fazem parte dela. No caso específico da ordem internacional liberal, essas instituições são pautadas nas regras e valores liberais, como a promoção do livre comércio, da democracia liberal, do multilateralismo e da defesa dos direitos humanos (MEARSHEIMER, 2018).

Ikenberry (2018) afirma que essa ordem está em crise, agravada pela eleição de Trump, primeiro presidente estadunidense desde a década de 1930 que é ativamente hostil à ordem internacional liberal. Os Estados Unidos, desde o fim da bipolaridade, moldava e expandia a ordem internacional liberal de acordo com seus interesses. Porém, desde 2017, o principal patrocinador da ordem não se mostra mais capaz e disposto a administrá-la. O atual presidente norte-americano já fez declarações que vão na contramão do internacionalismo liberal em relação a comércio, multilateralismo, meio-ambiente, direito internacional, tortura e direitos humanos (IKENBERRY, 2018). Tam-

bém, nesse contexto, verifica-se o declínio da democracia liberal, motivado pela desconfiança da população em relação às instituições que a governam. Essa ruptura entre governantes e governados leva à deslegitimação da representação política, que culmina na ascensão de lideranças que se autodeclararam *anti-establishment*, fazendo posteriormente a população aceitar um “autoritarismo *soft*” (CASTELLS, 2018).

Por conseguinte, o conservadorismo emergente argumenta ter a intenção de proteger o Ocidente de seu declínio, uma vez que a ordem internacional liberal não teria sido capaz de cumprir essa tarefa: por seu caráter de defesa dos direitos humanos de maneira mais ampla, e a pautas mais específicas, como defesa dos direitos dos refugiados e da comunidade LGBTQ+, o liberalismo globalizado é culpado pela “crise moral” que o Ocidente vive. Também o livre-comércio e o multilateralismo, outros importantes princípios da ordem liberal, são responsabilizados pelas crises econômicas e migratórias da década de 2000 e 2010 (ARAÚJO, 2019).

Visto isso, enquanto o choque das civilizações fornece a matriz civilizacional, cultural e religiosa para o movimento conservador interpretar o mundo atual, a ordem liberal é posta como prejudicial por estimular o declínio do Ocidente e permitir a ascensão de novas regiões e civilizações, mudanças que geralmente são interpretadas no *mainstream* acadêmico como a passagem da unipolaridade para a multipolaridade - em termos apenas de distribuição de capacidades. Uma boa parte do *mainstream* acadêmico não confere contornos subjetivos e identitários para essa narrativa sistêmica. A diferença existe, portanto, mais no modo de contar a história e nos métodos imaginados para conter potências desafiantes, algo já visto no contexto da Guerra Fria, por exemplo.

Conservadorismo à la brasileira: Bolsonaro, as rupturas no Itamaraty, o dogmatismo e a moralidade

A administração de Bolsonaro, apesar das promessas de campanha de uma “desideologização” das políticas doméstica e externa⁴, amarra um discurso conservador, ocidentalista e cristão ao interesse de aproximação com os EUA e Israel, na esperança de obter ganhos com esses alinhamentos, bem como conformar um bloco de resistência à emergência do mundo árabe-muçulmano e chinês, vistos como estranhos e ameaças à verdadeira “alma brasileira”.

Mesmo que tais tendências pudessem ser imaginadas antes da posse, os primeiros meses de Bolsonaro demonstraram uma série de rupturas na política externa, embora com uma tentativa frequente de amenizar tais transformações. Um dos primeiros marcos para a política externa foi o discurso do presidente no Fórum Econômico de Davos. Ali, diante de uma plateia composta pela elite econômica mundial e interessados em liberalização, Bolsonaro suavizou seu discurso mais radical, que tradicionalmente é usado para agradar o público brasileiro. Esse fato demonstrou, primeiro, que não houve um choque do público interessado em economia e, segundo que, mesmo sendo conservador, o presidente se propõe a um projeto neoliberal no nível econômico (EM SEU

DISCURSO..., 2019). Talvez essa seja uma das marcas desse conservadorismo à *la brasileira*, pois une uma dimensão moralizante com um projeto econômico neoliberal, diferentemente de outros grupos de extrema-direita que tomaram poder e têm apostado na proteção do mercado nacional, como é o caso de Trump.

Na visita aos EUA, o tom eufórico do presidente e de sua comitiva foi acompanhado de diversas concessões por parte de Brasília à Washington, como a permissão do uso da Base de Alcântara para lançamento de foguetes e satélites, a facilitação no visto de entrada destes no Brasil e a intenção de avaliar a saída do Brasil da lista de países em desenvolvimento com tratamento preferencial na Organização Mundial do Comércio (OMC) (OLIVEIRA, 2019). Em troca, foram diversas promessas por parte dos EUA: a promessa de apoio à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a promessa de tratamento preferencial ao Brasil como aliado extra-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (MARS; GORTÁZAR, 2019) - algo que sequer fora mencionado na cúpula posterior da OTAN em que os EUA participaram (BULLA, 2019). Essa visita apontou, pois, para a tendência à recuperação do chamado “americanismo ideológico” na política externa brasileira (SOARES DE LIMA; ALBUQUERQUE, 2019).

Na visita a Israel, também marcada por contornos religiosos e ideológicos, o presidente brasileiro foi incapaz de concretizar uma de suas principais promessas de campanha— a mudança da embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém —, frustrando Netanyahu, Trump, e boa parte do eleitorado evangélico de Bolsonaro. A abertura de um escritório comercial em Jerusalém foi a solução encontrada para cumprir parcialmente a promessa, medida que não agradou nenhum

4 “Países, que buscaram se aproximar mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). “O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas [...] Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico” (BOLSONARO, 2019).

dos lados (STUENKEL, 2019a). Além disso, a tensão criada pela intenção de mudança da embaixada pode prejudicar a exportação de carnes para os países árabes (CARNEIRO, 2019).

O contorno estratégico seria a intenção de buscar em Israel apoio à modernização tecnológica do país, tanto na área militar quanto na importação de sistemas de irrigação para auxiliar a agricultura nordestina (PARCERIA..., 2018). No nível religioso, a visita simboliza a preservação da civilização judaico-cristã, atrelada à crença da Frente Parlamentar Evangélica brasileira de que Jerusalém será o palco do apocalipse e de que a conversão dos judeus ao cristianismo é um precedente do retorno de Cristo à Terra (DUCHIADE, 2019).

Em maio de 2019, enquanto o chanceler brasileiro Ernesto Araújo realizou visitas a países de governos conservadores na Europa (EM VIAGEM..., 2019; APÓS..., 2019a), o vice-presidente General Mourão realizou visita à China, onde Xi Jinping reforçou o discurso de que seu país está interessado no desenvolvimento do Brasil (XI..., 2019). O vice foi incumbido desde o início a coordenar as relações com os BRICS, sobretudo China e Rússia (SCHUQUEL, 2019). Isso demonstra que diferentes atores-chave no governo realizam tarefas diplomáticas distintas, evidenciando contradição e falta de coerência, sobretudo entre dois eixos: Paulo Guedes (Ministro da Economia) e Gen. Mourão, em uma linha mais vinculada à tradicional ordem liberal (chamada pelos conservadores de “globalista”⁵) e o presidente e o

chanceler adotando discursos mais alinhados à postura “anti-globalista” (STUENKEL, 2019b). Verifica-se, pois, dentro da gestão do Itamaraty, a presença do dogmatismo contornando o pragmatismo e da moralidade tentando se impor sobre a tradicional racionalidade burocrática (ALLISON, 1969; FIGUEIRA, 2011) do órgão.

No âmbito sul-americano, destacaram-se a visita à Argentina, marcada por apoio velado à reeleição do presidente de centro-direita Mauricio Macri (APÓS..., 2019b). O discurso da equipe econômica brasileira oscilou entre aprofundar o Mercosul, inclusive cogitando a adoção de uma moeda comum (IDEIA..., 2019) e, por outro lado, após resultados parciais que apontaram vitória da oposição à Macri na Argentina, ameaças do Brasil abandonar o Mercosul (O JOGO..., 2019). Também, nesse contexto, chegou-se ao acordo comercial Mercosul-União Europeia, que ainda necessita ratificação e aceitação de países europeus. O acordo viu-se ameaçado pela discordância de países europeus, como a França, em relação à política ambiental brasileira na Amazônia e o aumento no número de queimadas (MACRON..., 2019). Além disso, o *agrobusiness* brasileiro tradicionalmente tem interesse na expansão de negócios através de uma política ambiental mais frouxa, o que permitiria a esse setor ter mais vantagens comerciais em relação à produção agrícola europeia.

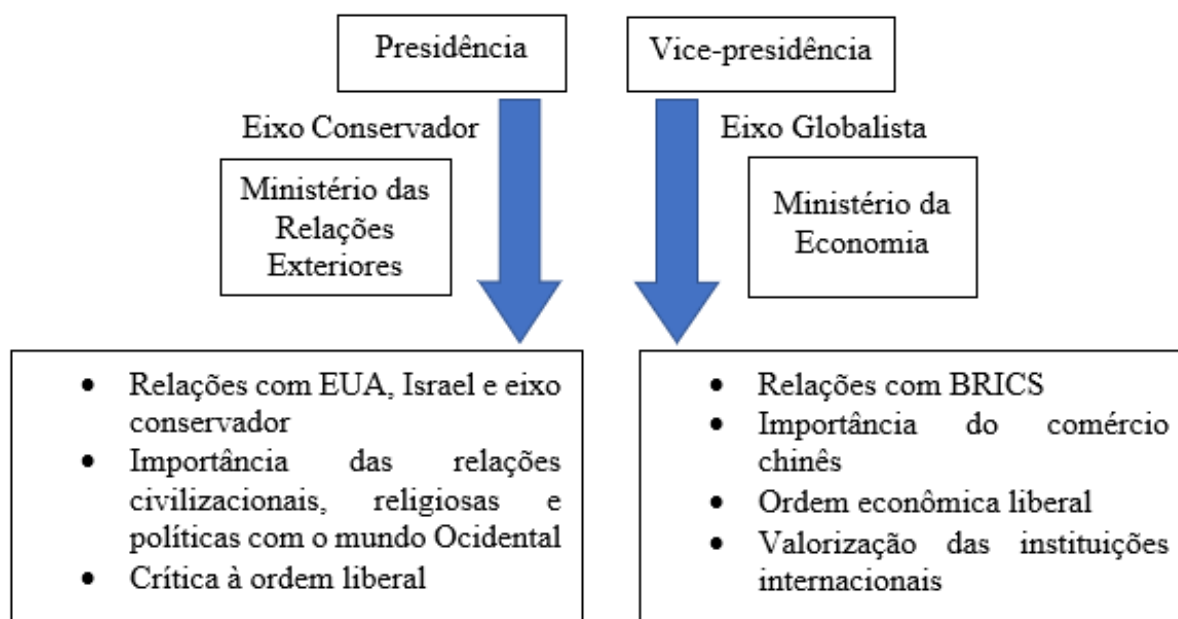
O discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2019 representou, em meio à atenção da opinião pública internacional voltada para a Amazônia e para o Brasil, que o governo não tem interesse em levar em conta posições estrangeiras sobre a preservação ambiental no país. Pelo contrário, o discurso reforçou o viés conservador da política externa em consonância com movimen-

5 O termo “globalismo” é tradicionalmente pouco utilizado na área de Relações Internacionais e, recentemente, passou a ser difundido entre grupos específicos, com fins político-partidários, interessados na rejeição dos regimes internacionais e do multilateralismo. Mesmo que ainda falte consistência e discussão teórica sobre o termo, aqui utiliza-se apenas para ilustrar a dicotomia e a contradição dentro do Itamaraty comandado por Ernesto Araújo.

tos semelhantes a nível global (GUIMÓN, 2019). Ademais, percebeu-se o tom anti-europeu (com acusações de “colonialismo”) e críticas a Cuba, à Venezuela e ao marxismo (SANCHES, 2019). A contradição principal reside no fato de que o agronegócio é um dos principais eixos de apoio ao governo Bolsonaro, mas compete com a União Europeia e

fornece alimentos em massa para a China. Os EUA, por outro lado, tem comércio concorrente com o Brasil, e não complementar (LIVRE..., 2019). A dificuldade de agregar nas relações externas os interesses econômicos e os ideológicos em uma lógica coerente traz imprevisibilidade para os receptores estrangeiros da política externa brasileira.

Figura 1 – Quadro sintético das tendências e contradições na política externa de Bolsonaro



Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Conclusões: tendências e desafios

O suposto atrito civilizacional se tornou uma forma de interpretar a realidade pós-Guerra Fria por parte de grupos conservadores, acrescentando uma narrativa de disputa que supera a lógica geopolítica e geoeconômica e aposta na ideia de uma espécie de Nova Guerra Fria Multipolar. A política externa brasileira de Bolsonaro dialoga, portanto, internacionalmente, com uma tendência conservadora e religiosa-civilizacional. Essa interpretação de mundo é respaldada também pelo movimento conservador (sobretudo o norte-ameri-

cano), pela própria política externa de Trump e, academicamente, por abordagens como a do “choque das civilizações”, de Huntington. Mais do que isso, a lógica do choque das civilizações se mescla com a discussão sobre a ineficiência da ordem internacional liberal em dar conta das transformações que ameaçam o mundo ocidental. Ascendem, nesse sentido, interpretações de que a aposta na globalização e no liberalismo, nos anos 1990 e 2000, foram estratégias inadequadas para lidar com a ascensão do mundo oriental (China, Rússia e mesmo Oriente Médio) e, agora, seria necessário adotar uma postura mais dura e conservadora em relação às regiões emergentes.

O Brasil, por sua vez, se agarra a essa nova interpretação de mundo. Entretanto, o fato de serem poucos (ao menos por enquanto) os países que enxergam as relações internacionais dessa forma pode resultar em isolamento e incompreensão no âmbito global. Também isto leva o país a usar como bengala o governo Donald Trump, o que pode ser um risco, dada a necessidade de diversificação em um mundo complexo. No nível interno, a substituição do pragmatismo pelo dogmatismo, e da racionalidade burocrática por um senso de moralidade, implica também em resistências no Itamaraty, em alguns setores do governo (como economia e setor militar) e na própria sociedade civil, dificultando sua implementação. Ao fim e ao cabo, o movimento conservador brasileiro ainda precisa amadurecer e desenvolver sua própria auto-imagem, respondendo de uma maneira coerente qual é o papel do país em termos culturais globais e a função que exerceu e exerce em relação à multipolarização do globo e à emergência de múltiplas civilizações. Como país multirreligioso e multirracial, produzir narrativas unificadoras que legitimem a atual política externa é um enorme desafio. Mesmo que o público-alvo de algumas ações externas sejam os eleitores domésticos, é bem provável que a coalizão de grupos sociais que o elegeu não se sustente e se fragmente. Sobretudo se for considerado que o neoliberalismo econômico e a visão de mundo das atuais elites brasileiras dificilmente se coadunam com o conservadorismo internacional. O híbrido liberalismo-conservadorismo é capaz de modificar trajetórias políticas internas em um país, mas apresenta contradições que podem levar à formação de novos blocos governamentais e rearranjo de forças.

Entretanto, neste artigo, não buscou-se explicar os fatores que levaram à absorção tardia da ideia de choque de civilizações por parte do movimento conservador brasileiro. Isso exigiria compreender

as mudanças nas correlações de forças sociais internas ao Brasil⁶. O que aqui buscou-se demonstrar foi como a perspectiva de Bolsonaro e de seu chanceler mescla elementos civilizacionais, religiosos e culturais com uma compreensão da ordem liberal, das instituições e regimes internacionais pós-1945 como inadequados à defesa da civilização ocidental, da qual consideram o Brasil fazer parte.

Referências

- ACHARYA, Amritav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia**. Londres: Routledge, 2009.
- ALLISON, Graham T. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 63, n. 3, p. 689-718, nov. 1969.
- APÓS deixar claro apoio a Macri, Bolsonaro afirma que 'jamais viria à Argentina falar sobre política'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jun. 2019b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-deixar-claro-apoio-macri-bolsonaro-afirma-que-jamais-iria-argentina-falar-sobre-politica-23723689>. Acesso em: 3 out. 2019.
- APÓS receber Araújo, ultranacionalista Salvini diz que Brasil e Itália estão em sintonia. **Opera Mundi**, Paris, 9 maio 2019a. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58412/apos-receber-araujo-ultranacionalista-salvini-diz-que-brasil-e-italia-estao-em-sintonia>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- ARAUJO, Ernesto. Os ignorantes e os instruídos; Viva a polarização; Liberdade religiosa, religião libertadora; O Brasil no barco de Ulisses; Sequestrar e perverter; A esquerda: de Robespierre ao PT; entre outros ensaios. **Metapolítica 17** (blog). Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/?fbclid=IwAR2yJ9k5BJzaHGjjYrVwRdTNyX53DHT1Ng6e4MtnV-sA1xvD-MloWv84hMU>. Acesso em: 01 out. 2019.
- BOLSONARO, Jair. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BULLA, Beatriz. Encontros prévios a reunião de aniversário da OTAN não têm menções ao Brasil. **Estadão**, Washington, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,encontros-previos-a-reuniao-de-aniversario-da-otan-nao-tem-mencoes-ao-brasil,70002777356>. Acesso em: 11 jun. 2019.

6 Por exemplo, sugere-se aqui pesquisas que identifiquem como movimentos ascendentes em termos religiosos no Brasil estiveram associados a elementos estrangeiros nas últimas décadas.

CARNEIRO, Júlia Dias. Governo Bolsonaro: a aproximação entre presidente brasileiro e Israel pode afetar o mercado bilionário de carne halal no Brasil? **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47748317>. Acesso em: 03 mai. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DUCHIADE, André. Frente Evangélica apoia Israel pela por crença no Apocalipse e na volta de Cristo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/frente-evangelica-apoia-israel-por-crenca-no-apocalipse-na-volta-de-cristo-23348539>. Acesso em: 17 abr. 2019.

EM SEU DISCURSO em Davos, Bolsonaro diz que seu compromisso é abrir a economia. **Globo**, 22.jan.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-discursso-em-davos-bolsonaro-diz-que-seu-compromisso-abrir-economia-23391961>. Acesso em: 20 set. 2019.

EM VIAGEM à Europa, Araújo reforça relações com a extrema direita. **Exame**, [S. l.], 9 mai. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/em-viagem-a-europa-araujo-reforca-relacoes-com-a-extrema-direita/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. Nova York: Simon&Schuster, 1992.

GUIMÓN, Pablo. Com discurso isolacionista na ONU, Bolsonaro estende ponte apenas a Trump. **El País**, Nova York, 25 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/internacional/1569346309_554039.html. Acesso em: 3 out. 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

IDEIA de moeda única no Mercosul faz barulho, mas não gera eco no mercado. **El País**, São Paulo, 7 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/07/politica/1559925827_156842.html. Acesso em: 03 out. 2019.

IKENBERRY, John. The end of liberal international order? **International Affairs**, Londres, v. 94, n.1, p. 7–23, jan. 2018.

KUPCHAN, Charles. **No one's world: the West, the rising rest and the coming global turn**. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 2012.

LIVRE comércio com os EUA? Por que um acordo Bolsonaro-Trump é mais complicado do que parece. **BBC**, São Paulo, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49213612>. Acesso em: 3 out. 2019.

MACRON diz que Bolsonaro mentiu e se opõe a acordo com Mercosul. **Deutsche Welle**, [S.l.] 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/macron-diz-que-bolsonaro-mentiu-e-se-op%C3%B5e-a-acordo-com-mercosul/a-50140771>. Acesso em: 3 out. 2019.

MARS, A. GORTÁZAR, N. G. Bolsonaro ganha de Trump

apoio para OCDE, aceno à OTAN e um banho de ideologia. **El País**, Washington D.C. e São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/politica/1553011412_470388.html. Acesso em: 11 jun. 2019.

MEARSHEIMER, John J. **The rise and fall of the Liberal International Order**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

O JOGO de risco de Bolsonaro com a Argentina. **El País**, São Paulo, 13 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/13/politica/1565648174_394924.html. Acesso em: 3 out. 2019.

OLIVEIRA, Regiane. Bolsonaro e Trump em análise: concessões brasileiras, chancela e ganhos políticos. **El País**, São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/politica/1553031485_648194.html. Acesso em: 11 jun. 2019.

PARCERIA Brasil-Israel, que beneficiará Nordeste, está bem encaminhada, diz Bolsonaro. **Reuters**, São Paulo, 25 dez. 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN10O0RG-OBRTPT>. Acesso em: 03 mai. 2019.

SANCHES, Mariana. Bolsonaro na ONU: Das palmas irônicas de Merkel ao elogio de Trump, as reações ao discurso do presidente brasileiro. **BBC**, Nova York, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49818535>. Acesso em: 3 out. 2019.

SCHUQUEL, Thayna. Bolsonaro dá missão a Mourão: coordenar relações com 3 países. **Metrópoles**, [S.l.], 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/bolsonaro-da-missao-a-mourao-coordenar-relacao-bilateral-com-3-paises>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; ALBUQUERQUE, Mariana. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **Boletim OPSA – Observatório Político Sul-Americano**, n. 1, jan./mar. 2019.

STUENKEL, Oliver. Fiasco da viagem a Israel é só um sinal do que virá na política externa brasileira. **El País**, [S.l.], 8 abr. 2019a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/opinion/1554743344_870885.html. Acesso em: 17 abr. 2019a.

STUENKEL, Oliver. Aposto de alto risco. **Revista Piauí**, [S.l.], 21 mar. 2019b. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/aposta-de-alto-risco/>. Acesso em: 11 jun. 2019b.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: how emerging powers are remaking global order**. Malden: Polity Press, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2018). Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em 16 abr. 2019.

XI reúne-se com vice-presidente brasileiro. **Xinhua News**, Pequim, 24 mai. 2019. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/25/c_138087118.htm. Acesso em: 11 jun. 2019.



Les origines du conflit syrien (2011-2018)¹ : de l'hégémonie Baathiste à la suprématie néolibérale

As origens do conflito sírio (2011-2018): da hegemonia Baathista à supremacia neoliberal

The origins of the Syrian conflict (2011-2018): from Ba'athist hegemony to neoliberal supremacy

Felipe Costa Lima²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p19

Reçu le 25 mai 2019
Accepté le 17 septembre 2019

Résumé

L'objectif de cet article réside dans la démonstration de l'influence du néolibéralisme et des réformes néolibérales dans le conflit syrien (2011-2018). Afin d'atteindre cet objectif, il est indispensable de mettre l'accent sur la perte hégémonique du parti Baath, surtout à partir des changements des « idées/habitudes » du Baathisme au néolibéralisme.

Mots clés : Baathisme. Néolibéralisme. Hégémonie.

Resumo

O objetivo deste artigo é a demonstração da influência do neoliberalismo e de suas respectivas reformas sobre conflito sírio (2011-2018). A fim de atingir esse objetivo, a análise da perda hegemônica do partido Baath será indispensável, principalmente a partir das mudanças das “ideias/hábitos” do Baathismo ao neoliberalismo.

Palavras chave : Baathismo, Neoliberalismo, Hegemonia.

Abstract

The goal of this article is to explicit the influence of neoliberalism and its reforms as concerns the Syrian War (2011-2018). To achieve this goal, it is crucial to contemplate the hegemonic loss of the Baath Party, mainly from the changes concerning the 'ideas/habits' from Ba'athism to neoliberalism.

Keywords : Ba'athism, Neoliberalism, Hegemony.

1 Article basé sur le mémoire « Analyse critique de l'évolution du droit international à la lumière de l'exemple syrien : du colonialisme au néocolonialisme », qui a été soutenu le 5 septembre 2018 à l'Université de Strasbourg, France.

2 Professeur temporaire de civilisation lusophone et d'histoire de l'Amérique Latine à l'Institut d'études Romanes de l'Université de Strasbourg, France ; doctorant en Droit International à l'Université de Strasbourg, ainsi que doctorant à la Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Brésil (Bourse CAPES) (Cotutelle de thèse). Numéro ORCID 0000-0001-6390-3950.

Introduction

Le néolibéralisme constitue un phénomène global, malgré ses spécificités locales, au regard des caractéristiques singulières des pays et des régions dans le monde (GRAMSCI, 1982; MORTON, 2007; WORTH, 2010). Le mouvement pro-marché est né d'une perspective nationale (États-Unis), qui s'est ensuite étendue au contexte mondial afin de profiter à ce pays. Il semble que les États-Unis étaient le principal articulateur et bénéficiaire de l'imposition du néolibéralisme dans le monde, tout comme le Royaume-Uni l'était pendant l'hégémonie libérale (ARRIGHI; SILVER, 2003). Selon Cox e Schechter (2002), l'empire américain a pour *modus operandi* la tentative de contrôler les États, à travers la structuration de son système économique dans un vaste marché de capitaux, de biens et de services.

À partir des conceptions de l'École de Francfort, ses riches héritages des concepts, idées et pratiques analytiques marxistes, ainsi que les études d'autres théoriciens – comme Lukacs, Gramsci, Benjamin, Adorno et Horkheimer – ont alors été développés et réinterprétés à la réalité contemporaine. Dans ce contexte, le néolibéralisme constitue un exemple primordial, vu l'objectif des classes dominantes transnationales (PIJL, 2005) de transformer leurs intérêts particuliers en des intérêts universels. Dans ces conditions, en particulier, l'idéologie (MARX; ENGELS, 1999) constitue le chemin pour établir ces intérêts comme les seuls raisonnables et universellement valables (telle une loi éternelle) (HIRSH, 1975).

Les changements dans l'organisation de la production, de la distribution et des modes de consommation promus par l'idéologie néolibérale ont eu pour conséquence une profonde

crise sociale à l'échelle mondiale. Concernant la Syrie, bien que certains objectifs fondamentaux ont été satisfaits, par exemple l'augmentation de la productivité, des gains d'efficacité et une meilleure allocation des ressources, le néolibéralisme a imposé des conséquences catastrophiques aux conditions sociales de la population syrienne (KADRI; MATAR, 2016).

Pendant la recherche hégémonique, la coercition et le consensus sont les moyens de mise en œuvre principaux (GRAMSCI, 1982). S'agissant du consensus, la diffusion d'une culture et d'un mode de pensée particulier au sein de la société, notamment à travers des ramifications de l'État, se révèlent essentiels, étant donné que les idéaux et les bases politiques des sociétés ont besoin d'être connectés aux conditions économiques fortifiées.

C'est pourquoi, nous rechercherons dans un premier temps, les piliers de la construction hégémonique Baathiste. Ensuite, nous analyserons les changements économiques, sociaux, politiques et idéologiques causés par les réformes néolibérales en Syrie, notamment au cours du gouvernement de Bachar al-Assad et ses effets sur l'hégémonie Baathiste.

Lorsque la Syrie était au bord du conflit, deux logiques idéologiques contradictoires se sont établies: les promesses socialistes de développement initiées par l'État, à partir d'un contrôle coercitif autocratique (l'idéologie Baathiste) et la possibilité de mobilité vers le haut et le plaisir des consommateurs (des initiatives personnelles appuyées par l'idéologie du marché). Dans ce contexte, nous voulons mettre en évidence que le conflit syrien actuel peut être expliqué à partir de ce changement hégémonique, bien que d'autres raisons soient aussi indispensables pour l'expliquer, étant donné sa complexité.

Afin d'atteindre ces objectifs analytiques, il est indispensable, à notre avis, d'appliquer la méthode des structures historiques de Robert Cox (1981), sachant que la théorie critique se révèle une méthodologie cruciale pour la compréhension des changements hégémoniques au niveau du monde. Nonobstant, bien que les contextes des capacités matérielles et l'institutionnalisation soient fondamentaux à cette appréhension, nous approfondirons surtout l'encadrement des idées et habitudes en Syrie à partir d'analyses macro-historiques de la période de l'hégémonie Baathiste et du néolibéralisme. Dans cet encadrement, les trois axes de domination de Thompson (2000) seront fondamentaux: la coercition, les élites médiatrices, et le développement d'un ordre civil.

La construction de l'hégémonie baathiste – des idées et habitudes autochtones

Il est indispensable de mettre en évidence la métamorphose de la bourgeoisie d'État syrienne depuis la révolution Baathiste jusqu'à la révolte syrienne des années 2010. Le coup d'état du Parti Baath pendant les années 1960 a conduit à des profonds changements dans la société syrienne. Ces réformes ont commencé avec le gouvernement d'Abdel Nasser entre 1958-1961 (pendant l'union entre la Syrie et l'Égypte) et ont été développées après la révolution (JOYA, 2010).

La classe militaire Baathiste, dans le cadre de l'étatisme du Parti Baath, dans les années 1970 et 1980, tirait ses privilèges directement de la domination informelle des institutions publiques et de son utilisation pour ses propres intérêts et de ses circonscriptions. Par conséquent, cette classe militaire avait un profond besoin du

gouvernement central et de la division de pouvoir imposé par celui-ci (JOYA, 2010).

Il semble que la force de ce médiateur Baathiste ne se compare pas avec la force des élites nationalistes médiatrices de la période postcoloniale. Concernant la construction de l'ordre civil, l'extension des « tentacules » étatiques ont atteint les niveaux les plus profonds depuis la fin de l'Empire Ottoman (THOMPSON, 2000). En ce sens, l'axe de médiation, bien qu'essentiel, était moins important au cours du régime Baathiste, par rapport au régime colonial précédent. De ce fait, le renforcement du contexte des idées et habitudes a été mis en place, compte tenu de l'amélioration des conditions de vie de la population et, ainsi, l'expansion de l'idéologie baathiste socialiste.

Concernant la construction et la présence de l'État dans l'ordre civil, une brève analyse des changements dans les zones rurales du régime Baathiste liés au néolibéralisme nous donnera une idée des changements relatifs à la promotion du bien-être entre ces périodes. La montée de l'aile gauche du Baath et son arrivée au pouvoir en 1966 ont conduit à d'intenses réformes, comme la limitation de la propriété privée, des nationalisations, la redistribution des terres, l'amélioration des conditions de travail, le salaire minimum, la limitation de la journée de travail, transformant, par conséquent, une agriculture marquée par des relations féodales (TAHA, 2014).

Par ailleurs, dans les journaux, dans la télévision et lors des spectacles orchestrés par le gouvernement d'Hafez al-Assad, ce dernier était symbolisé comme le « père » de la nation. En ce sens, le culte de la personnalité d'Hafez al-Assad participait à une stratégie politique disciplinaire de dissimulation publique, en utilisant une forme subtile mais efficace de pouvoir. Par

ailleurs, la rhétorique officielle du parti Baath mettait l'accent sur la fierté de ce parti dans le commandement de la politique étrangère de la nation, afin d'étendre un large consensus en faveur d'une résistance nationale, en raison des conspirations étrangères par rapport à la Syrie (WEDEEN, 2013). De ce fait, le domaine idéologique privilégié Baathiste a conduit, en utilisant les concepts de Slavoj Žižek (1995), à une soumission consciente à l'autorité (l'obéissance, la conviction, la légitimité). En outre, il est indispensable de souligner qu'il existait des alternatives bien définies, avec une force idéologique vis-à-vis du capitalisme libéral, comme le socialisme soviétique et le Welfare State (WEDEEN, 2013). En ce sens, une alternative idéologique autochtone a été appliquée au territoire syrien par le gouvernement révolutionnaire des années 1960, approfondissant profondément ces idées et habitudes.

Néanmoins, la crise économique du milieu des années 1980 a provoqué des changements profonds en Syrie (JOYA, 2010). Les causes de cette crise ont été essentiellement la chute des prix internationaux du pétrole en 1986, laquelle a conduit à une chute brutale des flux d'aide des pays arabes conservateurs vers la Syrie, ainsi que le déficit de la balance des paiements. De surcroît, la priorité donnée aux dépenses militaires, surtout après la guerre israélo-arabe en 1973 et les accords de Camp David de 1979, a drainé des ressources provenant d'autres contextes, notamment des projets de développement et d'infrastructure. En conséquence, l'infrastructure de base n'a pas jamais été réhabilitée et les niveaux de production ont chuté (KADRI; MATAR, 2016). À partir de ces bases, ainsi que des changements causés par l'expansion de l'idéologie néolibérale et le « manque d'alternatives » idéologiques

en raison de la crise et de la chute de l'ex-Union Soviétique, les contre-réformes du régime de Hafez al-Assad se sont approfondies à la fin des années 1980.

Ces réformes s'écartaient des stratégies de substitution aux importations de la période Baathiste précédente. Parmi elles, nous trouvons le retranchement de l'État des services sociaux et du secteur public, notamment à travers des privatisations des entreprises et propriétés publics (KADRI; MATAR, 2016).

Ce processus d'accumulation par expropriation et dépossession se révèle essentiel afin de comprendre les nouveaux phénomènes globaux. Cela est particulièrement le cas pour les pays émergents dans le monde avec un modèle de développement précédemment concentré sur l'État, comme la Syrie. Il s'agit d'une force pro-capitaliste intense au regard de la prolétarisation de la main-d'œuvre et en raison de la rupture des relations productives capitalistes (la vente d'entreprises étatiques au secteur privé) et non capitalistes (des « attaques » contre l'agriculture de subsistance) (HARVEY, 2004). Plus précisément, à partir du processus d'accumulation par dépossession et de la conséquente transformation des contrôleurs en propriétaires de moyens de production, 5% de la population ont alors contrôlé plus de 50% de l'économie (KADRI; MATAR, 2016).

En concluant cette première partie, le passage d'une économie dirigée par l'État à une économie axée sur le marché a affecté profondément un des piliers hégémoniques du parti Baath, c'est-à-dire, les privilèges et le patronage à sa circonscription ; ainsi, les idées et habitudes originales Baathiste ont été remplacées par des idéologies « extérieures ». En outre, le détournement des ressources vers les nouveaux riches a renversé les réformes progressistes du régime

socialiste Baathiste. Le pilier de la promotion du bien-être de la population, à travers des services sociaux, et de la stabilité économique (l'ordre civil) ont été profondément affectés par la réduction du rôle du régime socialiste Baathiste. De ce fait, la diminution du consentement provoquée par ces réformes a mis en péril l'hégémonie du parti Baath en Syrie.

La fin de l'hégémonie baathiste en Syrie – des idées et habitudes non-autochtone

À l'avis de Hinnebusch (2015), Bachar al-Assad, depuis le début de son gouvernement, a choisi de se ranger du côté de la nouvelle bourgeoisie commerciale au lieu de la vieille garde Baathiste. Par conséquent, au regard de la grande influence de ce parti à la campagne, ce choix a concrètement signifié la perte de sa base de soutien social rural sur le long-terme.

S'agissant de l'intensification des réformes néolibérales, l'ouverture profonde de l'économie a engendré d'autres conséquences telles que l'augmentation du taux de chômage (16,5% en 2009) et celles du taux de pauvreté (dans les zones rurales, 62% ; en général, 34,3% en 2010) (KADRI; MATAR, 2016).

Avant d'analyser plus attentivement les conséquences économiques et politiques, nous présenterons les conséquences idéologiques de ces réformes dans la perspective de mettre en évidence toutes les caractéristiques cruciales pour le changement hégémonique et, par conséquent, l'influence de ce dernier par rapport au conflit syrien.

Sous le gouvernement de Bachar al-Assad, quelques pratiques ont persisté, notamment le culte de la personnalité. De ce fait, selon Weeden (2013), la rhétorique officielle sous Bachar

al-Assad n'a jamais complètement abandonné les usages qui rappellent l'ancien régime de son père. Pour autant, les changements ont été profonds.

En premier lieu, le contrôle de la rhétorique du conflit n'était pas absolu, au regard du défi d'autres interprétations du conflit par d'autres chaînes de télévision par satellite, comme l'Al-Jazeera et l'Al-Arabiyya. En outre, depuis le début du soulèvement en 2011, des critiques du président dans les réseaux sociaux ont émergé, une chose impossible pendant la période de Hafez. Toutefois, les ambiguïtés par rapport à l'ère de Hafez al-Assad ont été les sources principales de la perte du consentement au gouvernement de Bachar al-Assad (WEDEEN, 2013).

L'ère du marché capitaliste a imposé de nouvelles subtilités vis-à-vis de la domination Baathiste. L'idéal de modernité du marché capitaliste a fait apparaître le plaisir de consommer comme l'objectif principal d'un individu dans une société. A cet égard, le président lui-même et la première dame ont construit l'image d'un élitisme politique cosmopolite.

En outre, la propagande de l'État définissait difficilement ses ennemis comme c'était le cas pendant la période de Hafez al-Assad. Les « fantasmes » les plus anciens comme la souveraineté nationale ou le multiculturalisme disparaissaient peu à peu (WEDEEN, 2013).

Enfin, alors que les promesses de la « bonne vie » au travers du néolibéralisme du gouvernement de Bachar al-Assad étaient étendues à l'ensemble de la société syrienne, les expériences quotidiennes de l'inégalité économique dans les classes subalternes ont contredit cette promesse de « bonne vie » formulée par l'autocratie néolibérale (WEDEEN, 2013). Le monde idéalisé du régime s'est révélé en opposition avec la réalité du monde.

Les incertitudes de la période sont liées à la manière dont l'idéologie a cessé, depuis les années 2000, d'être le domaine privilégié du parti Baath, qui à la fois réglementait le contenu et contrôlait les circuits institutionnels de la diffusion idéologique. En conséquence, ces nouvelles incertitudes ainsi que la désorientation idéologique ont rendu possible de nouvelles occasions de transgression et de résistance, car ces nouvelles limites raisonnables, discutables, explicables et pensables n'étaient pas claires.

À partir des privatisations, la *nomenklatura* a dominé directement les domaines autrefois publics ; en outre, l'ouverture financière a approfondi la dépendance de la bourgeoisie syrienne aux classes bourgeoises financières et commerciales des puissances mondiales, notamment les États-Unis. Dans ce contexte, il y a eu une profonde diminution de la dépendance de l'ancienne classe militaire Baathiste envers le gouvernement central syrien.

Conclusion

Au cours de la période Baathiste, la classe militaire devait s'assurer du soutien des populations de ses circonscriptions et, en retour, celle-ci recevait des privilèges de la part du gouvernement. Compte tenu du contrôle direct des anciennes propriétés publiques par la *nomenklatura* et d'une plus faible dépendance de la bourgeoisie au gouvernement, cette fonction des militaires n'était plus nécessaire.

Dès lors que les conséquences directes du néolibéralisme sur l'économie ainsi que sur le tissu social ont été soulignées, il est important de mettre l'accent sur le retrait de l'administration étatique syrienne et la diminution du soutien de sa base sociale. En outre, la cooptation de l'État par la classe marchande militaire a aussi conduit

à la diminution de la présence étatique dans le contexte social. Ainsi, le fossé entre les riches et les pauvres s'est creusé de manière importante. Néanmoins, l'origine du conflit actuel ne peut s'expliquer par les seules conséquences économiques. En effet, les changements des forces idéologiques constituent un élément de contexte majeur pour la compréhension du conflit.

De nouvelles formes d'interactions sociales, de connexion affective, d'optimisme, et des nouveaux modes de vie et de consommation ont affecté directement les valeurs de l'ordre et de l'obligation citoyenne (WEDEEN, 2013). La cohésion des idées et habitudes Baathiste est donc étroitement liée au régime économique de substitution aux importations (capacités matérielles) et a permis une certaine hégémonie. L'arrivée du néolibéralisme a toutefois altéré la force des piliers médiateurs et de « bien-être » ; donc, la gestion d'un vieux régime dans le cadre du néolibéralisme a fragilisé le pouvoir étatique et a provoqué l'instabilité. Des vieilles idées et habitudes (le socialisme et l'autocratie baathiste) n'étaient plus en connexion avec les nouvelles capacités matérielles (le néolibéralisme).

La base armée Baathiste (le premier pilier) et les vestiges de l'ancien régime (le deuxième et le troisième pilier) sont devenus les outils du régime de Bachar al-Assad au cours du conflit syrien contemporain. Enfin, l'application et l'internalisation par la loi interne de la Syrie des préceptes néolibéraux semblent avoir joué un rôle primordial vis-à-vis de l'instabilité de ce pays durant le gouvernement de Bachar al-Assad.

De plus, l'expansion néolibérale et ses manifestations politiques les plus connues, telles que les privatisations, la révision des codes de travail, la libération des prix ou encore l'ouverture au capital étranger et aux spéculations financières, ont éliminé en Syrie et dans autres parties du

monde des politiques économiques et sociales conduites directement par les états. Le retrait de la présence de l'état au sein de la société syrienne a suscité d'intenses tensions entre les différentes classes sociales, des crises fiscales, l'accroissement de la pauvreté, l'augmentation du chômage, le démantèlement des syndicats, la perte durable du soutien social au régime, et l'expansion d'une idéologie opposable aux bases Baathistes.

Par conséquent, nous pouvons affirmer que, pendant les années 1960, le Parti Baath a transformé ses intérêts particuliers en intérêts nationaux de la Syrie, à travers la capture de la relation dialectique entre la structure économique (le modèle de l'industrialisation par la substitution d'importations et le Welfarisme construit dans ce pays) et la superstructure idéologique (la coexistence multiculturelle de la sécurité intérieure et de la souveraineté de l'État). Néanmoins, les changements néolibéraux ont mis en danger cette construction hégémonique de manière profonde. De cette manière, il semble possible d'assurer que, alors que les idées et habitudes pendant la période d'hégémonie Baathiste ont été mis en place d'une façon cohérente aux préceptes économiques de cette hégémonie, durant l'hégémonie néolibérale le changement des idées et habitudes ont mis en péril l'hégémonie du groupe révolutionnaire des années 1960. En quelque sorte, l'administration autocratique de Bachar Al-Asad est devenue le reste d'un passé éloigné.

La complexité d'un tel conflit est évidente. En ce sens, il ne s'agit donc pas d'affirmer que l'expansion néolibérale représente la seule explication au conflit syrien actuel. En effet il est possible de mettre l'accent sur d'autres aspects, comme l'héritage colonial, les divisions sectaires, l'insatisfaction à l'égard de la corruption de notoriété publique des fonctionnaires d'État, les répressions brutales des manifestations pacifiques, etc.

Néanmoins, il semble que les mêmes intervenants qui appellent aujourd'hui au concept de « guerre juste », afin de justifier des interventions humanitaires à la lumière du droit international, ont soutenu et continuent de soutenir différentes formes de pillage économique, politique et social à l'encontre d'autres pays, causant, par conséquent, des instabilités qu'eux-mêmes veulent réparer par la force (BUTLER, 2011; ORFORD, 2003). Il est indispensable de souligner que d'autres régions du monde ont également traversé des processus coloniaux ainsi que l'expansion néolibérale sans pour autant déclencher un conflit. Dans ce contexte, l'importance du Moyen Orient et de ses ressources les plus précieuses, notamment le pétrole, peut expliquer qu'une pression impérialiste plus forte s'exerce sur ces pays.

L'expansion du néolibéralisme en Syrie se révèlent être un aspect crucial pour comprendre les origines du conflit mais également pour empêcher de nouveaux conflits sur le long terme, après sa reconstruction. Toutefois, le projet de reconstruction de ce pays ne semble pas s'être défini sur cet objectif de sécurité durable.

A ce sujet, le Centre Syrien d'Etudes Politiques et Stratégiques, dès 2013, a commencé à tracer des plans de reconstruction de la Syrie, notamment en termes économiques avec les politiques monétaires et fiscales. Parmi les préconisations de ce centre d'études on trouve celle d'une suppression presque totale des barrières économiques, c'est-à-dire, une économie complètement libéralisée (WEDEEN, 2013).

La volonté de libérer davantage un marché déjà très ouvert et de remplacer les anciens dirigeants démontre qu'il n'existe pas un véritable compromis de reconstruction démocratique de la Syrie, c'est-à-dire, à travers le contrôle social de la politique et de l'économie. Au contraire, ces propositions explicitent une volonté de rem-

placer la « cleptocratie » actuelle par une autre plus docile aux intérêts de l'impérialisme des grandes puissances (WEDEEN, 2013).

Ainsi, la rhétorique d'une « intervention humanitaire » ne semble pas crédible, mais un exercice de l'impérialisme postcolonial.

Ces attitudes orientalistes contemporaines inondent la presse et l'esprit populaire. Les Arabes, par exemple, sont imaginés comme des libertins chevauchant des chameaux, avec des nez ivres, des terroristes, des vénaux, dont la richesse imméritée est un affront à la vraie civilisation. L'hypothèse est toujours que, bien qu'il appartienne à une minorité numérique, le consommateur occidental a le droit de posséder ou de dépenser (ou les deux) la plupart des ressources du monde. Pourquoi? Parce que, contrairement à l'Orient, il est un véritable être humain. (...) Il n'y a pas d'exemple le plus pur de la pensée déshumanisée (SAID, 1996, notre traduction)³.

Donc, ces attitudes impérialistes sont loin d'être effacées de la société internationale, non seulement en raison de ces intérêts économique et politique, mais aussi de la permanence des discours orientalistes jusqu'aujourd'hui.

Bibliographie

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. Polanyi's "double movement": the belle époque of British and US hegemony compared. **Politics & Society**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 325–355, 2003.

BUTLER, K. **A critical humanitarian intervention approach**. Warwick: Department of politics and international studies, 2011.

3 Essas atitudes orientalistas contemporâneas inundam a imprensa e a mente popular. Os árabes, por exemplo, são imaginados como libertinos a cavalgar camelos, com narizes aduncos, terroristas, venais, cuja riqueza imerecida é uma afronta à verdadeira civilização. Está sempre subjacente a pressuposição de que, embora pertença a uma minoria numérica, o consumidor ocidental tem o direito de possuir ou gastar (ou ambas as coisas) a maioria dos recursos do mundo. Por quê? Porque ele, ao contrário do oriental, é um verdadeiro ser humano. (...) Não há exemplo mais puro do pensamento desumanizado.

COX, R. Social forces, states and world orders: beyond International relations theory. **Millennium: journal of international studies**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.

COX, R.; SCHECHTER, M. G. **The political economy of a plural world**: Critical reflections on power, morals and civilization. London and New York: Routledge/RIPE, 2002.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HINNEBUSCH, R. **President and party in post-Ba'athist Syria**: from struggle for « reform » to regime deconstruction. Syria: from reform to revolt. Syracuse: Syracuse University Press, 2015. p. 21–44.

HIRSH, M. L'École de Francfort : une critique de la raison instrumentale. L'Homme et la société, [s.l.], n. 35–36, p. 115–147, 1975.

JOYA, A. A Comparative Study of Neoliberalism in Syria and Egypt. **Confronting Global Neoliberalism**: Third World Resistance and Development Strategies. [s.l.]: Clarity Press, 2010.

KADRI, A.; MATAR, L. Investment and neoliberalism in Syria. In: KADRI, A. (Org.). **Development challenges and solutions after the arab spring**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 200 - 220.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci**: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy. London: Pluto Press, 2007.

ORFORD, A. **Reading humanitarian intervention**: human rights and the use of force in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PIJL, K. V. D. **Transnational classes and international relations**. London and New York: Routledge, 2005.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

TAHA, Z. La population rurale et le Baath sous le régime autoritaire de Hafez et Bachar al-Assad en Syrie : Clientélisation et marginalisation. **Les Cahiers d'EMAM**, [s.l.], v. 22, p. 117–127, 2014

THOMPSON, E. **Colonial citizens: republican rights, paternal privilege, and gender in French Syria and Lebanon**. New York: Columbia University Press, 2000. 442 p.

WEDEEN, L. Ideology and humor in dark times: notes from Syria. **Critical Inquiry**, [s.l.], n. 39, p. 841–873, 2013.

WORTH, O. Recasting Gramsci in international politics. Review of International Studies, [s.l.], n° 36, p. 1–20, 2010.

ZIZEK, S. **Mapping ideology**. London/New York: New Left Books, 1995.



The Beijing Consensus and the New Silk Road in Africa: Chinese investments in new disputes of hegemony

O Consenso de Pequim e a Nova Rota da Seda na África: investimentos chineses em novas disputas de hegemonia

El Consenso de Pekín y la Nueva Ruta de la Seda en África: inversiones chinas en nuevas disputas de hegemonía

Lucas Gualberto do Nascimento*

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p27

Received in: 10 de maio de 2019
Accepted in: 17 de novembro de 2019

Abstract

This paper will analyze, through several bibliographic sources, such as governmental and academic reports, the development of Sino-African relations mainly in the sphere of influence of the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC); and of Belt and Road Initiative (BRI), also known as the New Silk Road.

Keywords: Chinese foreign policy. Sino-African relations. Belt and Road Initiative.

Resumo

Este artigo analisará, a partir de diversas fontes bibliográficas, relatórios governamentais e acadêmicos, o desenvolvimento das relações sino-africanas principalmente na esfera de influência do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC); e no projeto de infraestrutura e cooperação Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a Nova Rota da Seda.

Palavras-chave: Política externa chinesa. Relações China-África. Belt and Road Initiative.

Resumen

Este artículo analizará, a través de varias fuentes bibliográficas, como informes gubernamentales y académicos, el desarrollo de las relaciones sino-africanas, principalmente en el ámbito del Foro de Cooperación China-África (FOCAC); y del proyecto Belt and Road Initiative (BRI), también conocido como la Nueva Ruta de la Seda.

Palabras clave: Política exterior chino. Relaciones China-África. Belt and Road Initiative.

* Mestrando em Ciências Sociais - Relações Internacionais e Desenvolvimento, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília. Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É integrante do BRICS Educational Internship Programme, promovido pela Far Eastern Federal University (FEFU), sob a presidência russa do BRICS em 2020. Atualmente é pesquisador do Analytical Centre da BRICS Youth Energy Agency (BRICS YEA), parceira do Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou (MGIMO); e membro do Núcleo de Pesquisa da UFRJ sobre Geopolítica, Integração Regional e Sistema Mundial (GIS/UFRJ). É membro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina). Obteve estância acadêmica semestral na Universidade Autônoma de Madri (UAM), em 2016-2017; e na Universidade Goethe de Frankfurt am Main, em 2018-2019. Atuou como membro do Grupo de Pesquisa da Política Internacional (GPPI), especializado no estudo do BRICS; e no grupo Responsabilidade do Estado, Uso da Força e o Bloco de Constitucionalidade do Direito Internacional, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 2015 a 2018. Foi integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), em 2011-2012, pelo CEFET/RJ. Possui interesse nos seguintes temas: Política Externa Chinesa; BRICS; Economia Política Internacional; Estudos de População e Desenvolvimento; Direito Internacional Público. E-mail: lucasgdn2@gmail.com

The Beijing Consensus: disputes of hegemony

From a critical geopolitics perspective, the current changes of hegemony in the international system are not essentially a dispute for supremacy between the United States and China. Hegemony, in the perspective of critical geopolitics, can be considered a development of new consensus. According to Agnew (2005, p. 57), in a Gramscian perspective of hegemony in geopolitics, the norms and principles that regulate world politics act as an element of convincing, in a relation based on attraction and coercion. Therefore, the exercise of power is not only ascribed to economic, political or military power, but is part of a geopolitical idea of international order. The Chinese ideals of harmonic progress and interdependence create incentives towards an international order with a greater presence of multilateralism, with multipolar characteristics that are promoted as more advantageous towards developing countries. This strategy as a foreign policy tool aims to be a convincing method as a “counter-hegemonic” geopolitical discourse, a form of resistance against a so-called non-equitable international system, in which developing countries must seek more relevant roles (BRITO, 2018, p. 80).

Although the Chinese state rejects this term, some scholars are defining its international development approach as the Beijing Consensus, as it is the Chinese model – that is, the terms in which the Chinese influence in the international order is going to be pursued - for economic growth with political principles of non-interference and self-determination (QASEM; DONGEN; RIDDER,

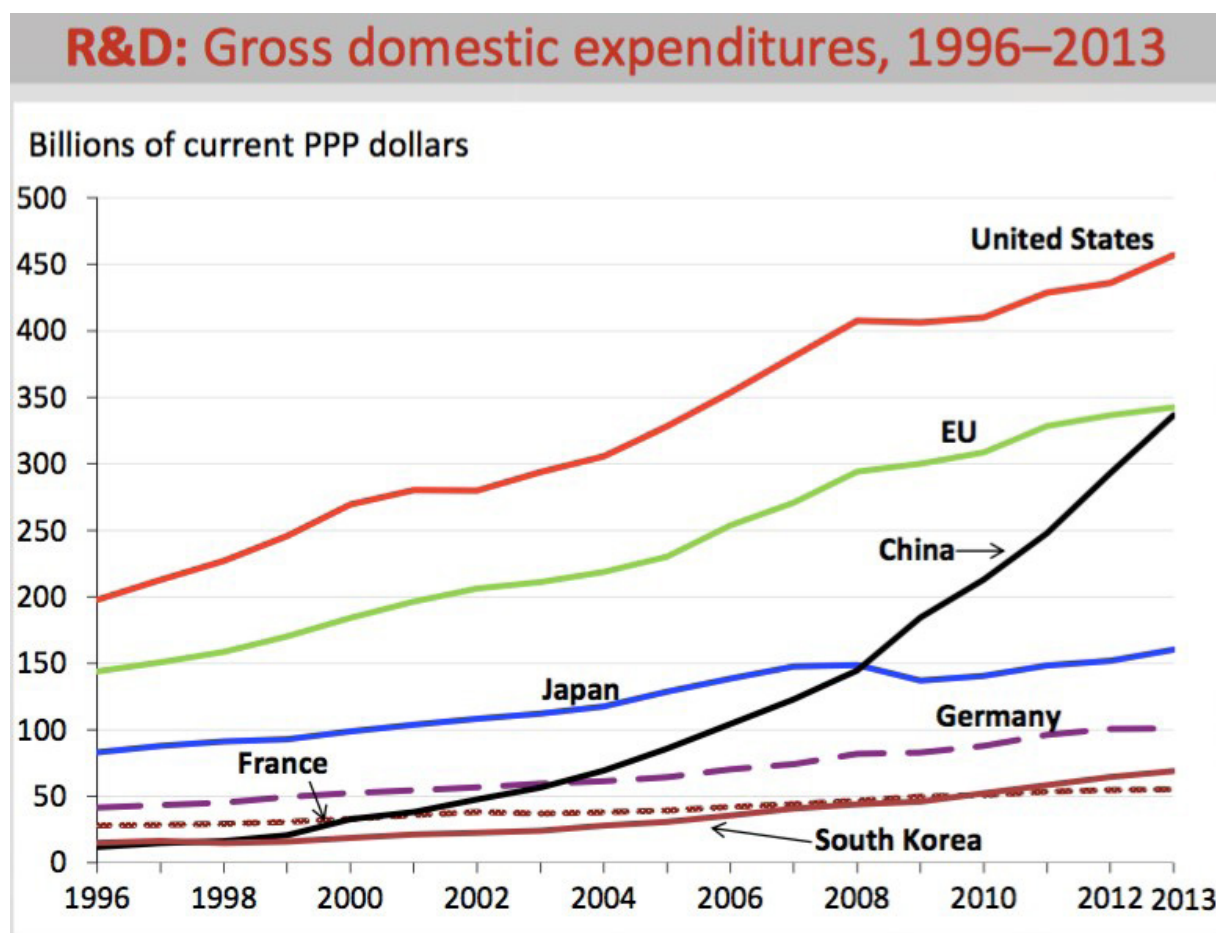
2011, p. 2). According to Ramo (2004, p. 11-12), the Beijing Consensus is based on the following terms: 1) Innovation-based development; 2) Economic success not only measured by GDP per capita, but by the extent of its sustainability; and 3) Self-determination for China and other countries, not ruled by the United States’ understanding of development. These terms are defined within a rejection of the Washington Consensus, a set of liberal norms recommended by the United States towards developing countries since the 1980’s. As a model for development and international order, the Beijing Consensus has a great presence in the discourse on Sino-African relations, and its terms are going to be further analyzed.

Innovation-based development

The terms of the Beijing Consensus are being presented to the African continent as the Chinese state offers its own development model as an example. Regarding innovation, China is currently the second largest investor in research and development (R&D) worldwide, having surpassed the European Union in recent years.

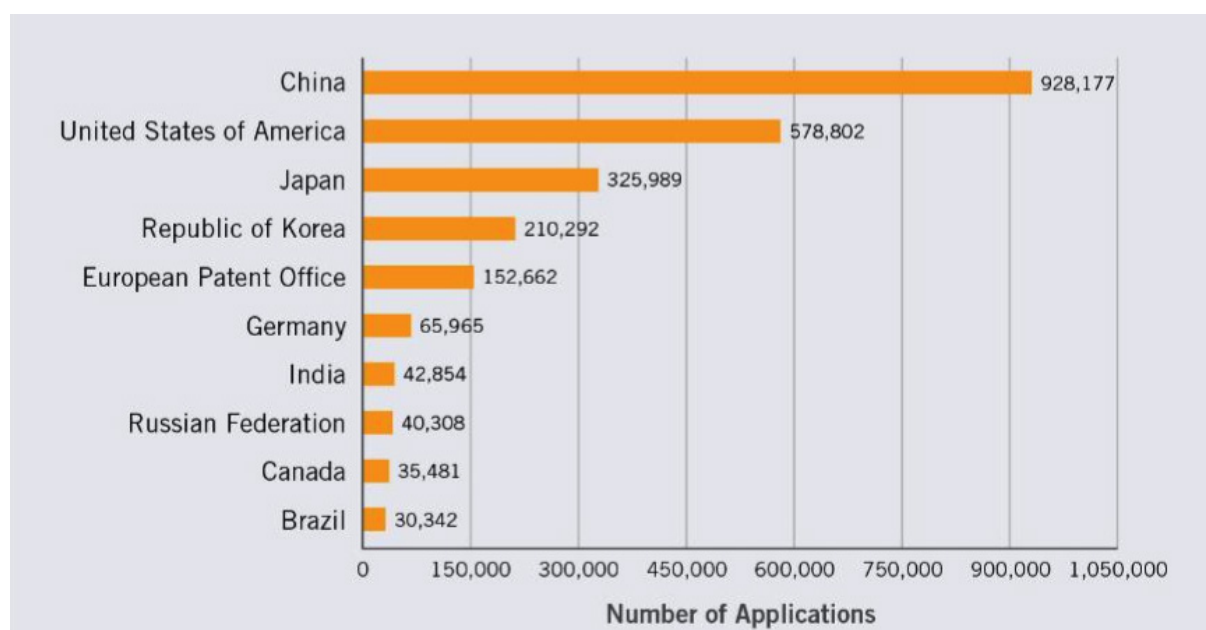
In addition, other important indicators of an innovation-based development are: applications for the registration of patents, and the level of technological qualification of its population, especially the group known as STEM (Science, Technology, Engineering, and Mathematics). Figures 2 and 3 below demonstrate results similar to figure 1; that is, the states that invest the most in R&D are the ones with the highest number of patents, as well as those with the highest level of technological qualification.

Figure 1 - Gross national R&D expenditures, in billions of dollars, from 1996 to 2013.



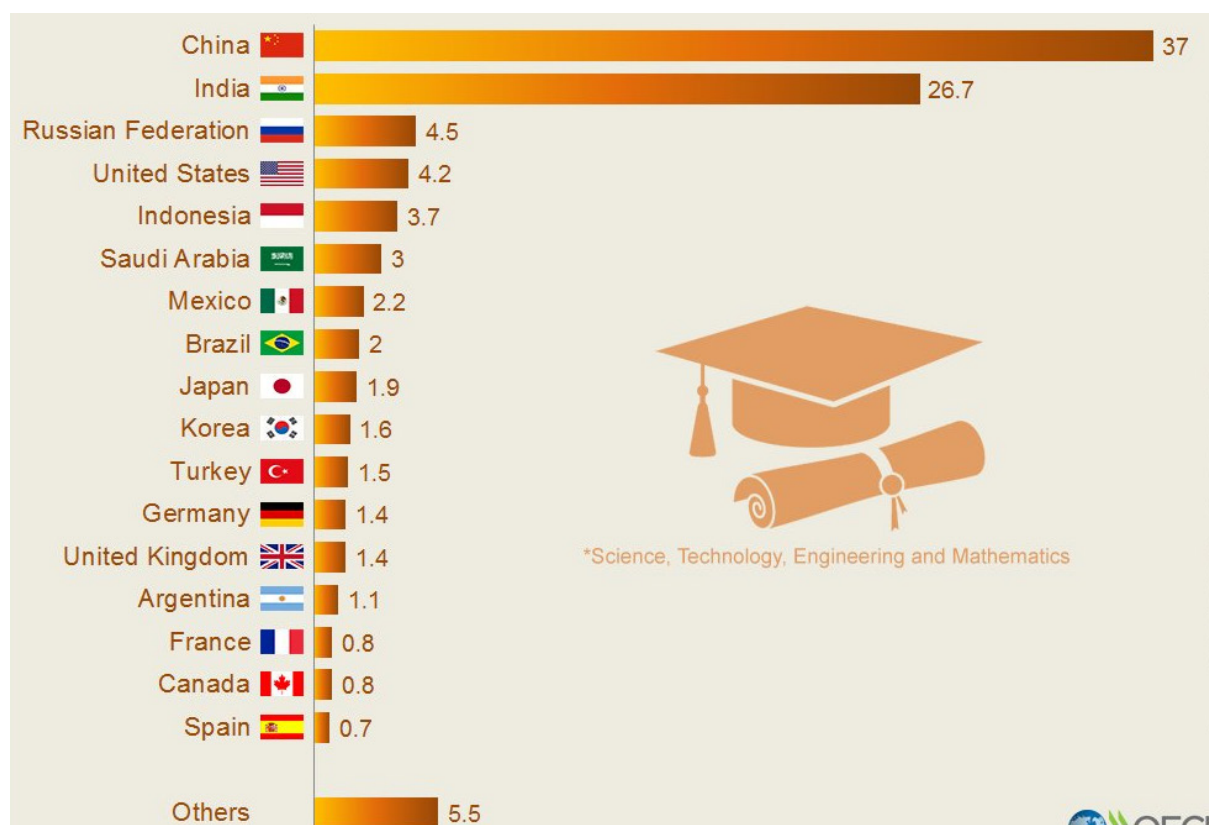
* The seven largest budgets for technological innovation highlight the astonishing Chinese growth in the first decade of the twenty-first century. Such a massive investment indicates China's intention in participating in the international technological competition. Source: American Institute of Physics, 2016.

Figure 2 - The ten most recurrent applications for patent registration by country in 2014



* The seven largest investors are among those who own more registration applications. The level of Chinese technological productivity is also highlighted, being the first country in requests for registrations, when it is becoming the second largest investor in technological innovation. Source: World Intellectual Property Organization (WIPO), 2016, p. 23.

Figure 3 - Projection of the percentage of graduates in the STEM group among the OECD and G20 countries in 2030



* There is a Chinese and Indian dominance of the graduates in technological areas, responsible for R&D research, intellectual property development, and the establishment of new technological standards.
Source: Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), 2015

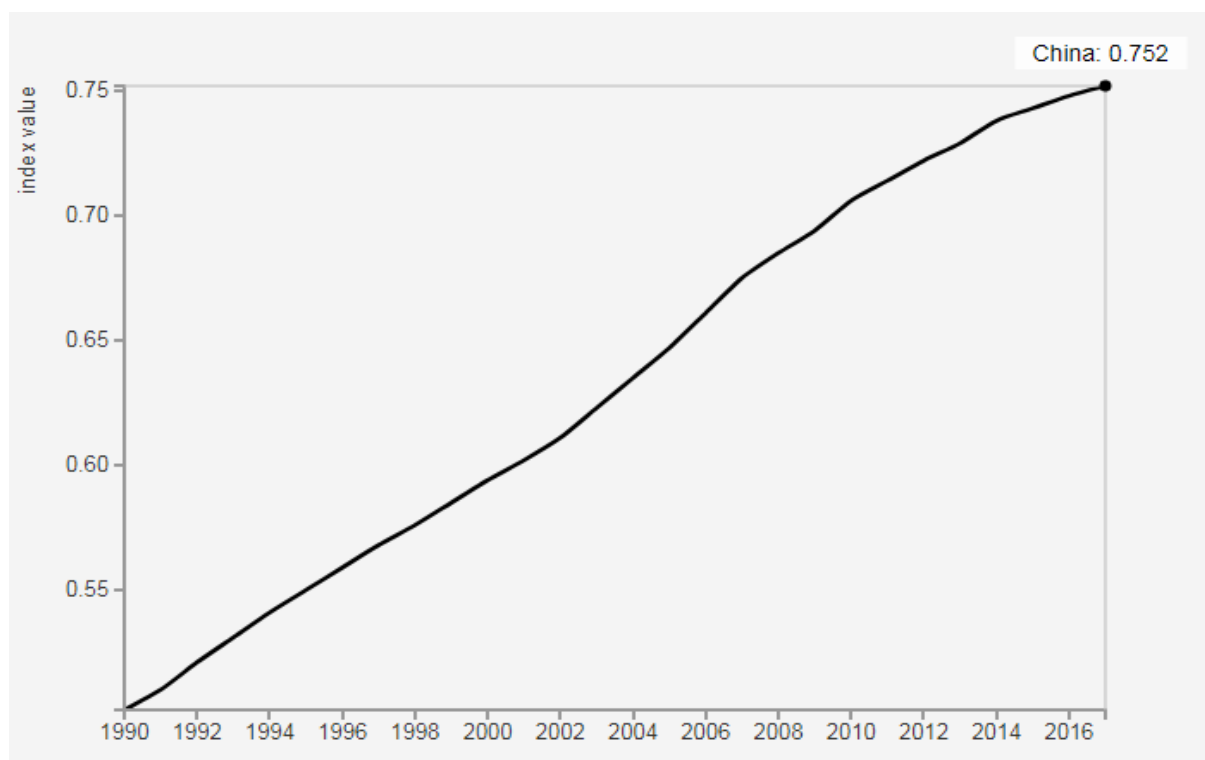
Measures of economic success

Regarding the economic success terms promoted by the Beijing Consensus, there is a rejection of the GDP measurement as the sole indicator of development. The Chinese policies are regarded as “people-focused”, due to their development rates measured by quality of life and human development, not minimizing development concepts in only economic growth (QASEM; DONGEN; RIDDER, 2011, p. 3). Therefore, despite the fact that the Chinese state indeed pursues a higher gross domestic product in promotion of its development model, it also promotes other results that are not

as evident, such as the fast rise of its Human Development Index (HDI) throughout the last three decades, as figure 4 illustrates.

However, even though there is indeed a strong growth when it comes to Chinese life quality indexes, there are rising levels of inequality as well, which must be controlled by the People’s Republic of China (PRC) government if there is an interest to promote the Chinese development model internationally. According to Ning Jizhe, head of the National Bureau of Statistics (NBS), the Gini coefficient of China remained above 0.4 in 2017, which is classified by the United Nations as an inequality alert line (PEOPLE’S DAILY ONLINE, 2018).

Figure 4 - The evolution of Chinese Human Development Index (HDI) from 1990 to 2016



* Rising from 0.514 in 1990 to 0.752 in 2016, the index is an example of the image that China is promoting, as an emergent power willing to cooperate with developing countries in new forms of consensus.
Source: United Nations Development Programme (UNDP), 2018.

Self-determination

The third and last element that composes the Beijing Consensus is the idea of self-determination, which is often accompanied by the principle of non-interference when conducting foreign policy. According to this principle, “China emphasizes the need for developing countries to actively seek independence from outside pressure” (QASEM; DONGEN; RIDDER, 2011, p. 3), especially regarding the previous principles known as the Washington Consensus. According to Williamson (1990), the Washington Consensus is based on ten principles: 1) Fiscal discipline; 2) Reordering public subsidies; 3) Tax reforms; 4) Liberalization of interest rates; 5) Competitive exchange rates; 6) Trade liberalization; 7) Liberalization of Foreign Direct Investment (FDI); 8) Generalized privatization; 9) Deregulation; 10) Pro-

tection of property rights.

In fact, the Chinese development model does not reject the previous principles entirely, but adapts them for its own interests. In general, only the principles of privatization and deregulation are not respected by the Beijing Consensus developmental approach, since the “state-directed capitalism” (HALPER, 2012, p. 103), in direct contrast with privatization principles, is seen as an advantage both by the Chinese authorities and its African allies, as there are less or no conditionality imposed by the Chinese when conducting business development overseas. As Halper affirms,

China’s political system provides a further commercial advantage over rivals in the United States, Europe, and Japan. Liberal democracies must deal with powerful domestic interest groups in business and the legislature. The absence of domestic political obstacles enables Chinese companies and government

actors to forge agreements much more rapidly than their Western counterparts. (HALPER, 2012, p. 104)

After the exposition of the three elements that compose the Beijing Consensus as a new development model, section 2 further analyzes how these ideas are shaping Sino-African cooperation, especially the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) and the Belt and Road Initiative (BRI) infrastructure initiative in the continent. These initiatives are based on the same principles of the Beijing Consensus: technological development; economic measurements beyond GDP; and the respect for the principles of non-interference in domestic politics of other states.

The FOCAC and the OBOR in Africa: new forms of consensus

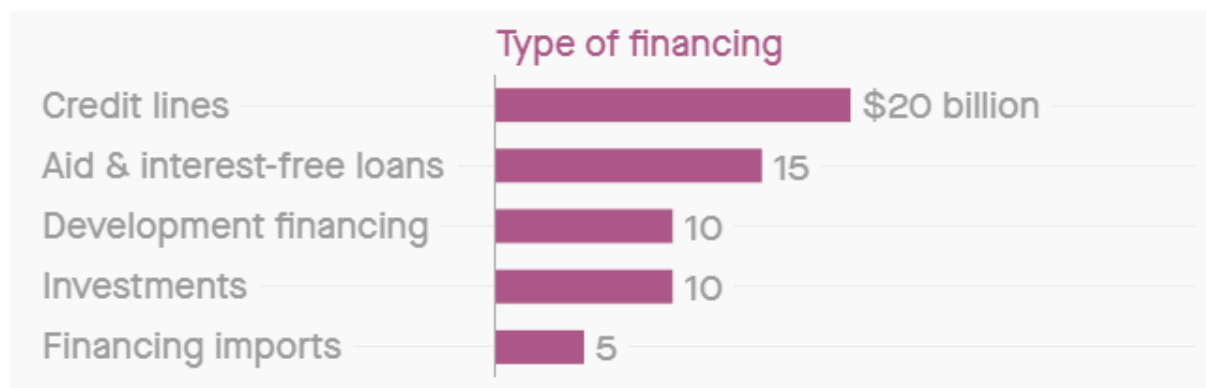
The generation of consensus in Africa, such as the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC), brings elements of Chinese foreign policy in ways of convincing. This forum had its 18th anniversary in 2018, as well as its third summit. Taking place in Beijing, it has been considered as a landmark in Sino-African relations, as all African United Nations' member-states have recognized the People's Repu-

blic of China (PRC) as the legitimate Chinese state, except for the state of Eswatini, former Swaziland (BLANCHARD, 2018).

The Beijing Declaration, document of the FOCAC summit held in 2018, is another element of the Chinese consensus principles for the region. In a position opposed to what is considered as a post-colonial imposition, the members of the forum signed not to impose policy conditionalities on their cooperation agreements, in a dual commitment both to respect the one-China principle, and the so-called "national conditions" of African countries (FOCAC, 2018).

The principles of mutual benefit, also expressed as "win-win", and cooperation driven by non-conditionality fit the African needs to expand economic growth - without the restraints required by Western countries - are elements that favor the intensification of Sino-African development cooperation. The African continent is receiving important investments in the coming decades, as China pledged US\$60 billion for the next three years. This is a significant sum, as it is estimated by the African Development Bank that the African continent needs US\$130 to US\$170 billion worth of infrastructure annually (RYDER, 2018).

Figure 5 - Types of financing as consequences of the 2018 FOCAC Summit



* As a result of the last FOCAC Summit, in 2018, the Chinese government announced US\$60 billion as financing to African countries, especially for projects supported by the Belt and Road Initiative (BRI).
Source: DAHIR, 2018

The FOCAC initiatives are synergistically connected to BRI projects in Africa, promoting the ideals of technology development, new measures of economic success – the so-called “people-to-people” economic development –, and non-interference, along with the “win-win” cooperation proposals. Therefore, both initiatives contain the main principles of the Beijing Consensus as strategic guidelines, and a complement between the Chinese development discourse and its initiatives being promoted.

Nevertheless, such an extensive infrastructure project among emerging countries raises consequences on international politics, especially questions regarding negative impacts – and skepticism about “win-win” terms – along with challenges that may come throughout its development. The Chinese financing policies to Africa are being accused of “debt trap” (SHABAN, 2018), even though external debt-GDP rates of African states are lower than their European counterparts (RYDER, 2018), and even neocolonialism (TIEZZI, 2018). Gascón (2018) emphasizes that high levels of bilateral debt may cause economic dependency in the future, and that Chinese financing in Africa still suffers from lack of transparency, as follows:

The beneficiary African countries – which accumulate a debt higher than 100 billion dollars to China – could be compromised for generations and even be obligated to cede to the Asian giant part of the infrastructures and projects built with Yuans. [...] This secrecy, which is common on Chinese commercial operations in countries generally lacking of democracy as Africans, raises suspicions about the loan conditions, and brings fear that some leaders may have mortgaged their countries in exchange of acceding fast money that is needed to survive and to be presented with popularity in elections.

However, Eom (2016) affirms that there are scarce evidences that Chinese loans aim at

natural resources, defending that Chinese interests are focused on establishing the One China policy – it is, the non-recognition of Taiwan as a sovereign state – and on connective infrastructure, communications and power.

In addition, African leaders are defending mostly two aspects of financing China-Africa development cooperation: lower interest rates compared to Western counterparts; and shorter average waits. According to Nigerian president Muhammadu Buhari, during the 2018 FOCAC,

Let me use this opportunity to address and dispel insinuations about a so-called Chinese ‘debt trap’. These vital infrastructure projects being funded are perfectly in line with Nigeria’s Economic Recovery & Growth Plan. Some of the debts, it must be noted, are self-liquidating. Nigeria is fully able to repay all the loans as and when due, in keeping with our policy of fiscal prudence and sound housekeeping. (SHABAN, 2018)

Firstly, as the more African countries are being classified as “middle-income”, the harder it is for them to receive low-interest financing from institutions, such as the World Bank. Therefore, countries as Nigeria, Côte d’Ivoire and Kenya tend to perceive Chinese financing as positive, due to lower repayment rates (RYDER, 2018). In the case of financing in Ghana and Democratic Republic of Congo (DRC), repayments were made in exports, called as “resource-secured”: the Bui Dam, paid with 6% of Ghanaian cocoa exports throughout 20 years; and extensive infrastructure projects in DRC, mainly transportation and power grids, financed by the profits from a Sino-Congolese mining joint-venture (BRAU-TIGAM, 2013, p. 212-213).

Second, still according to Ryder (2018), one of the greatest advantages that African lea-

ders seek among Chinese development cooperation is the dynamism that Chinese loans provide towards financing projects in this continent. Non-Chinese loans to Africa have an average wait of nine years, even when there is an environmental commitment, such as in Rwanda and Ethiopia. Therefore, Chinese loans are seen as preferable as the viability and return of the projects are prioritized, occasionally being approved in two years.

Within the African demands expressed by its leaders and the African participation throughout FOCAC summits, the BRI stands

out as an agglutinating element of infrastructure needs between China and Africa. China's proposals on infrastructure investment in Africa are based on the expectation of an exponential growth rate of Sino-African trade, which were expanding at rates of fifteen to twenty percent a year until the end of this decade (FOXMAN, 2013). Thus, to support the growth of such a steady trade, the Chinese trade partnership project with Africa is based on the establishment of twelve ports, designated as Strategic Maritime Distribution Centers (SMDC), according to the map below.

Figure 6 - The Strategic Maritime Distribution Centers (SMDC) of the BRI



* Map describing the Chinese strategy for the insertion of the African continent into the BRI, from strategic distribution centers established in the Indian and Atlantic Oceans. Part of the 21st Century Maritime Silk Road, it can be observed how they also articulate with ports in South and Central America, forming a network of intensifying trade between emerging countries.
Source: EYLER, 2014.

These seven ports located along the Indian, the Atlantic, and the Mediterranean Sea were strategically selected to promote the Chinese development model in Africa through trade. This section of the so-called 21st Century Maritime Silk Road is located close to large population centers, which provide a reasonable distribution network of goods being imported and exported. Thus, such investment in infrastructure is sustaining the growth of Sino-Af-

rican trade, which reached US\$ 385 billion in 2015, representing three quarters of the Chinese trade with the European Union (FOXMAN, 2013; SUN; RETTIG, 2014).

Next, figure 7 illustrates key factors of the SMDCs of the Maritime Silk Road, such as population and GDP per capita, crucial elements to analyze the strategic importance of these locations to the expansion of Sino-African trade.

Figure 7 - The strategic African ports of the 21st Century Maritime Silk Road

Maritime Silk Road: Africa's Strategic Ports

	population	GDP (USDbn)	Per Capita GDP	Africa GDP Rank	Deep water port
Djibouti	792,168	1.46	1839.26	45	Djibouti
Tanzania	44,929,002	34.24	762.05	13	Dares Salaam
Mozambique	24,096,669	15.33	636.15	19	Maputo
Gabon	1,640,286	19.23	11722.35	18	Libreville
Ghana	25,199,609	44.22	1754.91	12	Tema
Senegal	13,301,410	15.57	1170.85	21	Dakar
Tunisia	10,835,873	47.44	4377.96	11	Bizerte

Source: World Bank

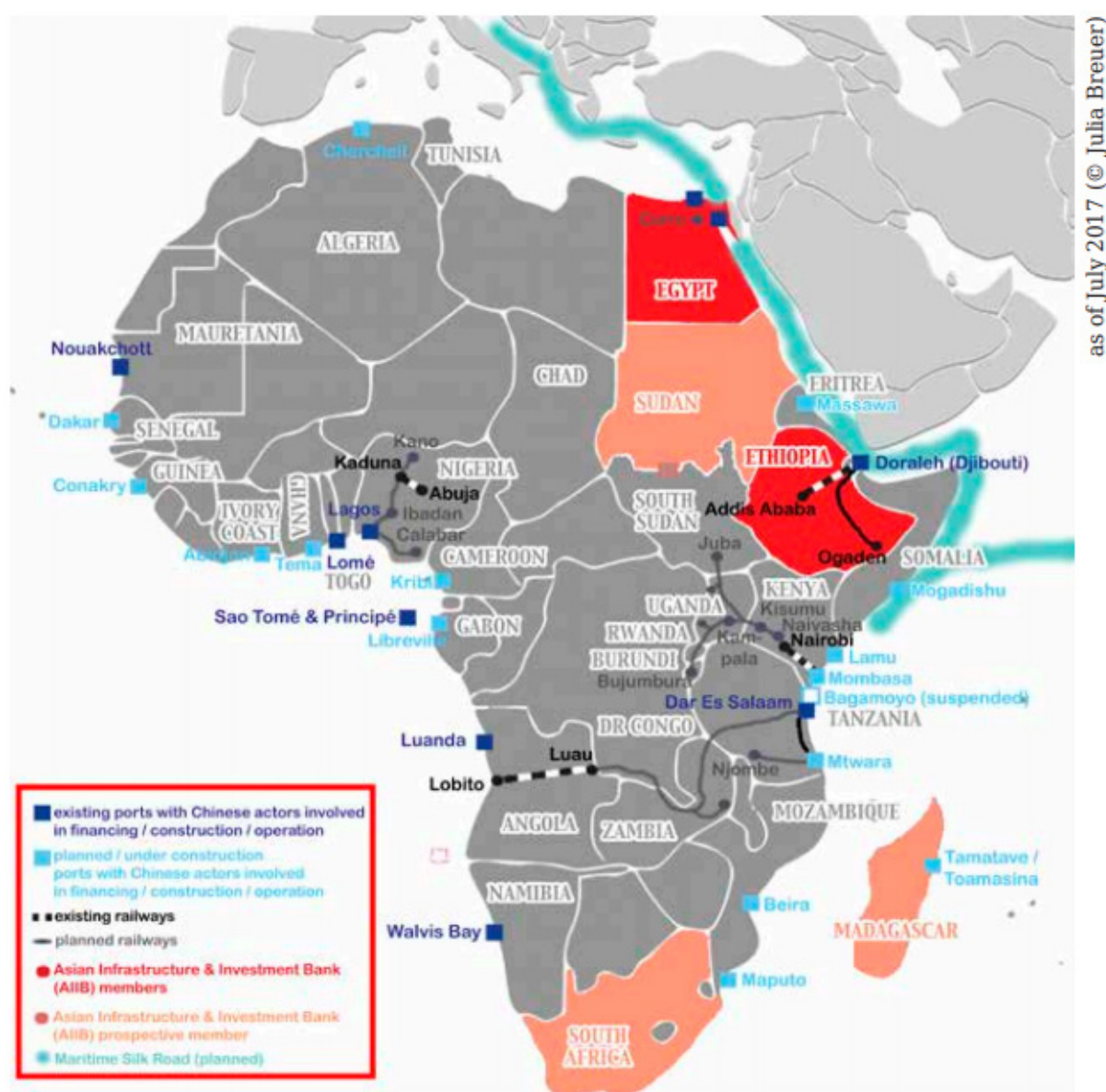
infogr.am

* It emphasizes the size of the population centers combined, with more than 120 million people, as well as their largely-populated neighbors. As middle-income countries with economic potential, they are crucial to further growth of the Sino-African trade. Source: EYLER, 2014

As a complement to the SMDCs, a land distribution network is being developed, improving physical integration among African countries, facilitating trade intra-Africa and exports, and bringing new levels of cooperation into the BRI. The infrastructure agreements reached as a result of FOCAC and BRI are representative of

a technologic-based development alongside the exercise of the concept of “win-win” cooperation, due to the African needs for infrastructure and the Chinese needs of emerging markets. Figure 8 illustrates the land infrastructure projects tied to the SMDCs, the land sector complementary to the Maritime Silk Road.

Figure 8 - Map of the African continent highlighting the SMDC ports with their land railway ramifications



There are projects aiming at connecting both African coasts through railways, as it is visible from the Dar Es Salaam-Lobito railroad. The colored countries are members of the Asian Infrastructure & Investment Bank (AIIB), an important alternative for further infrastructure financing. Source: BREUER, 2017, p. 3

Through the construction and expansion of ports and infrastructure along the African coastline as a part of the BRI, as well as the promotion of new levels of trade with the countries that are active in the activities of FOCAC, the terms of the Beijing Consensus take part as a guideline offered to African countries as a development pathway. The three main aspects of the Chinese development model—technologic development, economic measurement beyond growth, and non-interference in domestic politics—take part in the contemporary Sino-African relations, as the Chinese state promotes its idea of development as a model for emergent countries.

Conclusions

This paper intended to analyze the concept of the Beijing Consensus as a development framework of the Chinese foreign policy, especially towards Sino-African relations. Based on the principle of hegemony as the capability of shaping new kinds of norms and consensus of an international order, the Chinese development model is being sought by African countries with relative success.

Through the economic cooperation measures implemented by the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) and the infrastructure projects that are part of the BRI, new kinds of consensus are being structured in Africa, and they are applying the three aspects that define the Beijing Consensus: a) technological development, through infrastructure construction; b) economic growth measured by other means rather than only GDP, improving development sustainability with external debt rates below the size of national economies; and c) preserving the principles of non-intervention and self-determination of the African partners, not looking after regime changes in their domestic politics.

However, there are challenges that still have to be solved for the complete establishment of this consensus. Ryder (2018) highlights that, even though most of the critics towards BRI projects in Africa are coming from non-Africans, especially neocolonialist accusations coming from European countries, the Chinese loans conditions need to be improved, as they still require the strategy known as “tying”, which is the necessity of the participation of a Chinese company for the approval of the loan contracts. In addition, more sources of financing are needed, as the African continent annual demands on infrastructure are more than the double of the value coming from Chinese investment. Moreover, there are concerns about higher levels of transparency regarding the content and terms of such loans, especially in South Africa (GASCÓN, 2018).

The contemporary Sino-African relations are the best example of the application methods of the Beijing Consensus, and these measures have been very attractive to developing countries so far. It is a success of a Chinese foreign policy, which seeks to promote China as one of the leaders of an international order marked by multipolarity and the intent of establishing new norms that shape international relations. As long as Western powers do not seem eager to fulfill the large demands of emergent countries, it is difficult to predict competition against the Chinese model in terms of development cooperation.

References

- AGNEW, John. **Geopolitics**: re-visioning world politics. London: Routledge, 2003, p. 57-59.
- AMERICAN INSTITUTE OF PHYSICS (AIP). Report: U.S. Global Lead in R&D at Risk as China Rises. **American Institute of Physics**, n. 10, 2016. Available at: <https://www.>

aip.org/fyi/2016/report-us-global-lead-rd-risk-china-rises. Checked on: 09/03/2019.

BLANCHARD, Ben. **China angles for Swaziland to ditch Taiwan before major African summit**. Edited by SCHUETTLER, Darren. Beijing: Reuters, 2018. Available at: <https://www.reuters.com/article/us-china-taiwan-swaziland/china-angles-for-swaziland-to-ditch-taiwan-before-major-african-summit-idUSKCN1IX450>. Checked on: 07 mar. 2019.

BRAUTIGAM, Deborah. Chinese Development Aid in Africa: what, where, why, and how much. In: Rising China: global challenges and opportunities, **The Australian National University**, 2013, p. 212-213.

BREUER, Julia. Two Belts, One Road? The Role of Africa in China's Belt & Road initiative. **Blickwechsel**, Stiftung Asienhaus, jul. 2017, p. 1-8. Available at: https://www.asienhaus.de/uploads/tx_news/Blickwechsel_OBOR-Afrika_Mae-rz2018_03.pdf. Checked on: 10 mar. 2019.

BRITO, Gisela. La política exterior de China hacia América Latina y el Caribe en el siglo XXI. Imaginarios y representaciones geopolíticas. **Geopolítica**, Ediciones Complutense, v. 9, n. 1, pp. 63-85.

DAHIR, Abdi Latif. Why 2018 marks a critical milestone in China-Africa relations. **Quartz Africa**, 2018. Available at: <https://qz.com/africa/1384079/china-africa-relations-make-a-crucial-turning-point-in-2018/>. Checked on: 07 mar. 2019.

EOM, Janet. 'China Inc.' Becomes China the Builder in Africa. **The Diplomat**, 29 sep. 2016. Available at: <https://thediplomat.com/2016/09/china-inc-becomes-china-the-builder-in-africa/>. Checked on: 03 oct. 2019.

EYLER, Brian. China's Maritime Silk Road is all about Africa. **East by Southeast**, 17 nov. 2014. Available at: <http://www.eastbysoutheast.com/chinas-maritime-silk-road-africa/>. Checked on: 08 mar. 2019.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION (FOCAC). **Beijing Declaration: Toward an Even Stronger China-Africa Community with a Shared Future**, 12 sep. 2018. Available at: https://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t1594324.htm. Checked on: 07 mar. 2019.

FOXMAN, Simone. Trade ties between China and Africa could surge 25% this year - and that's just the beginning. **Quartz**, 11 apr. 2013. Available at: <https://qz.com/73463/trade-ties-between-china-and-africa-could-surge-25-this-year-and-thats-just-the-beginning/>. Checked on: 08 mar. 2019.

GASCÓN, Marcel. El 'plan Marshall' chino para África, entre la cooperación y el neocolonialismo. **El Periódico**, 15 set. 2018. Available at: <https://www.elperiodico.com/es/internacional/20180915/plan-marshall-chino-africa-cooperacion-neocolonialismo-7033539>. Checked on: 03 nov. 2019.

HALPER, Stefan. **The Beijing Consensus: legitimizing authoritarianism in our time**. New York: Basic Books, 2012, p. 103-105.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. China's Gini coefficient exceeded 0.4 in 2017, 6 feb. 2016. Available at: <http://en.people.cn/n3/2018/0206/c90000-9424307.html>. Checked on: 07 mar. 2019.

QASEM, Islam; DONGEN, Teun; RIDDER, Marjolein. The Beijing Consensus: an alternative approach to development. The Hague: **World Foresight Forum**, Issue Brief, n. 2, 2011.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education Indicators in Focus. **OECD**, 2015. Available at: [http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/EDIF%2031%20\(2015\)--ENG--Final.pdf](http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/EDIF%2031%20(2015)--ENG--Final.pdf). Checked on: 11 mar. 2019.

RAMO, Joshua. **The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power**. London: The Foreign Policy Centre, 2004.

RYDER, Hannah Wanjie. Are Chinese Loans To Africa Good or Bad? That's The Wrong Question. **The Diplomat**, 2018. Available at: <https://thediplomat.com/2018/09/are-chinese-loans-to-africa-good-or-bad-thats-the-wrong-question/>. Checked on: 10 mar. 2019.

SHABAN, Abdur. Nigeria's Buhari defends China, dismisses talk of 'debt trap'. **Africanews**, 2018. Available at: <https://www.africanews.com/2018/09/04/nigeria-s-buhari-defends-china-dismisses-talk-of-debt-trap/>. Checked on: 03 oct. 2019.

SUN, Yun; RETTIG, Michael. American and Chinese trade with Africa: Rhetoric vs. reality. **The Hill**, 2014. Available at: <https://thehill.com/blogs/pundits-blog/international/214270-american-and-chinese-trade-with-africa-rhetoric-vs-reality>. Checked on: 08 mar. 2019.

TIEZZI, Shannon. FOCAC 2018: Rebranding China in Africa. **The Diplomat**, 2018. Available at: <https://thediplomat.com/2018/09/focac-2018-rebranding-china-in-africa/>. Checked on: 03 oct. 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Human Development Data (1990-2017), **Human Development Reports**. United Nations, 2018. Available at: <http://hdr.undp.org/en/data>. Checked on: 11 mar. 2019.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (ed.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990. Available at: <https://web.archive.org/web/20150817130637/http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>. Checked on: 11 mar. 2019.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **World Intellectual Property Indicators 2016**. Geneva: WIPO, 2016. Available at: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2016.pdf. Checked on: 11 mar. 2019.



Vulnerabilidade socioambiental: uma análise do ciclone Idai em Beira – Moçambique e suas implicações internacionais

Socio-environmental vulnerability: an analysis of Idai hurricane in Beira – Mozambique and its international implications

Vulnerabilidad socio ambiental: un análisis del ciclón Idai en Beira - Mozambique y sus implicaciones internacionales

Aureliane Aparecida de Araújo¹

Tomé Francisco Chicombo²

Joelton Carneiro de Lima³

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p39

Recebido em: 17 de abril de 2019

Aceito em: 01 de dezembro 2019

Resumo

O presente trabalho traz à tona as implicações socioambientais na rota dos ciclones. Para tanto, variáveis pautadas no uso e ocupação do solo, o sítio urbano, a dinâmica global da circulação da atmosfera serão utilizadas para clarificar as origens dos desastres ambientais tendo como exemplo Beira, em Moçambique.

Palavras-chave: *Desastres Naturais. Riscos. Vulnerabilidade.*

Abstract

The present work brings to light the socio-environmental implications of the cyclone route. To this end, variables based on land use and occupation, the urban site and the global dynamics of the circulation of the atmosphere will be used to clarify the origins of environmental disasters, taking Beira as an example in Mozambique.

Key words: *Natural Disasters. Risks. Vulnerability.*

1 Graduada em Geografia (UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros). Especialização em Geografia e Meio Ambiente (UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros). Mestre em Geografia (UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros). Doutoranda em Geografia – Tratamento de Informação Espacial (PUC Minas). ORCID: 0000-0002-1868-7758

2 Graduado em Informática (UEM – Universidade Eduardo Mondlane). Mestre em Sistemas da Informação para Gestão Ambiental (ESTEC - Escola Superior Técnica da Universidade Pedagógica de Moçambique). Doutorando em Geografia – Tratamento da informação Espacial (PUC Minas). ORCID: 0000-0002-9039-7018

3 Graduado em Geografia (PUC Minas). Mestre em Relações Internacionais (PUC Minas). Doutorando em Geografia – Tratamento da informação Espacial (PUC Minas). ORCID: 0000-0003-3340-9470

Resumen

El presente trabajo saca a la luz las implicaciones socio ambientales de la ruta del ciclón. Para esto, se utilizarán variables basadas en el uso y la ocupación del suelo, el sitio urbano, la dinámica global de la circulación de la atmósfera para aclarar los orígenes de los desastres ambientales, utilizando Beira como ejemplo en Mozambique.

Palabras clave: *Desastres naturales. Riesgos. Vulnerabilidad.*

Introdução

O presente estudo se propõe a analisar o impacto do fenômeno atmosférico não somente nas configurações das relações internacionais, mas sua intercorrência nas diferentes proposições de articulação com os mesmos entes internacionais. Considerando a importância econômica da Beira, cidade portuária moçambicana, situada na zona centro leste do país -19° 50'e 36 S e 34° 50'20 E, com cerca

de 533.825 habitantes de acordo com o censo de 2017. A capital da província de Sofala reúne frota de soma estratégia comercial para países do interior da África central. A vulnerabilidade socioambiental apresenta implicações internacionais à medida que contingência fluxos de mercadorias no Porto da Beira e, sobretudo avassala sujeitos sobrepajados pela força da natureza condicionados pela evidente fragilidade no processo reação ao evento climático, as figuras 1 e 2 mostram área de estudo.

Figura 1 - Localização de Moçambique

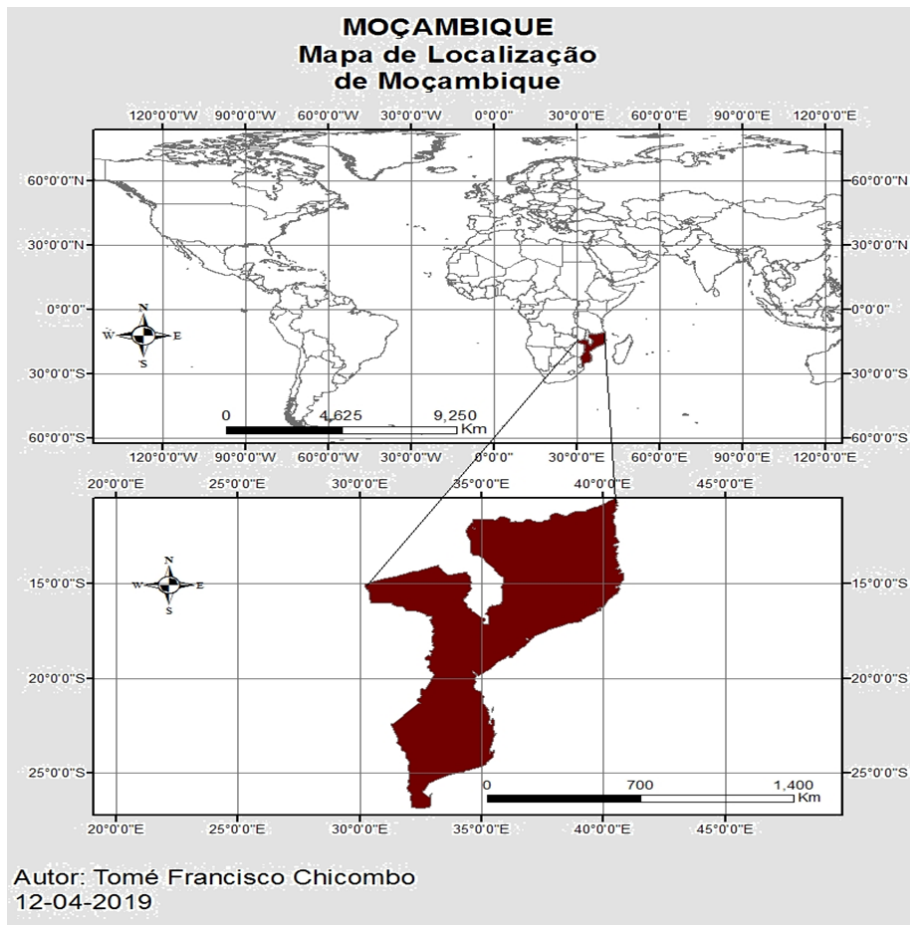
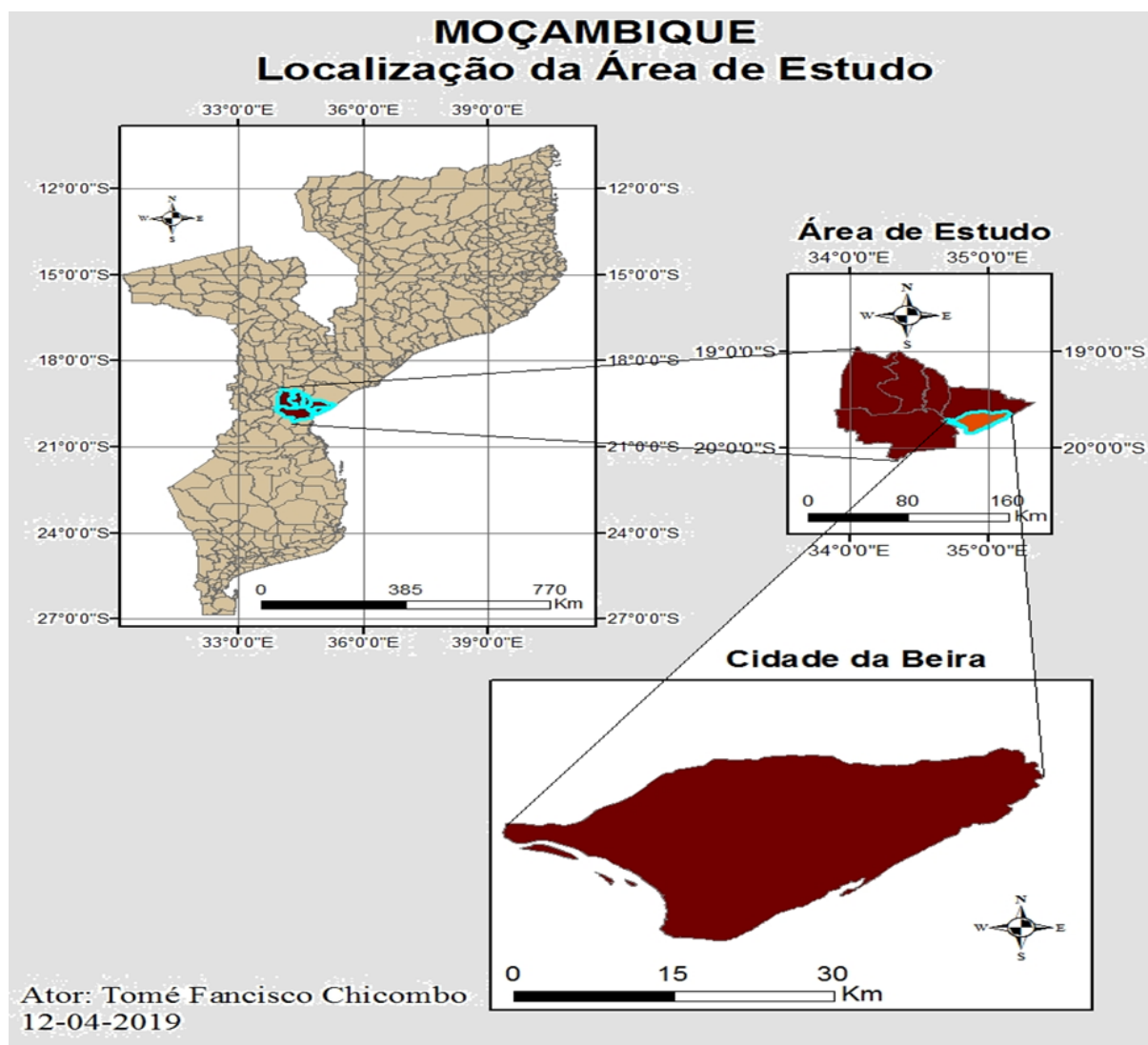


Figura 2 - Localização de Beira - Moçambique



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Sob a égide das relações internacionais, impactos ambientais perpassam fronteiras estaduais. Nesta lógica do entendimento dos fenômenos naturais, estudos acurados indicam o aquecimento global. Para tanto, existem incontáveis organizações internacionais que já institucionalizaram a questão das mudanças climáticas nos seus trabalhos. As políticas ambientais devem considerar a abordagem internacional, nacional e até local. Esta abordagem permite analisar as relações entre políticas locais e globais em termos de complementaridade e articulação. Diante do cenário caótico desencadeado pelo Ciclone Idai, o sítio urbano de Beira, em

Moçambique revela claramente relações de poder econômico desiguais. Segundo Harvey, “[n]ão só os ricos ocupam nichos privilegiados no habitat, enquanto os pobres tendem a trabalhar e viver nas áreas mais tóxicas ou perigosas, mas o mesmo desenho do ecossistema transformado é uma reminiscência de suas relações sociais.” (HARVEY, 2018, p. 241)

A articulação de políticas ambientais dentro de um país, entre países e a nível global ainda constitui um desafio. Entretanto, alguns eventos internacionais têm apontado para essa direção, isto é, a necessidade de articulação das políticas ambientais a partir das perspeti-

vas locais e globais reconhecendo o fato de que governos diferentes apresentarem diferentes necessidades, interesses e preferências. Assim, remete-se às abordagens inerentes as lacunas vigentes em securitização. De acordo com Barbosa e Souza:

[a] visão tradicional da segurança ambiental é orientada tanto pela ideia de escassez, quanto pela noção de abundância de recursos naturais. Esta perspectiva, comumente denominada de “conflito ambiental”, norteia-se pelos pressupostos tradicionais de segurança, segundo os quais a soberania e integridade territorial do Estado são o epicentro das preocupações com segurança. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 128)

Por um lado, as imagens veiculadas através dos satélites e outros meios de comunicação acerca do ciclone Idai, mostram padrões de construções fruto da moderna arquitetura; por outro, o cenário de destruição evidencia moradias aquém das normas técnicas necessárias para segurança humana. Inegavelmente, em ambos os casos o ciclone Idai deixou rastros agressivos na paisagem urbana. Ao considerar a província de Sofala, a cidade da Beira destaca-se enquanto segundo centro nevrálgico regional, ficando atrás apenas de Maputo. O corredor de exportação da Beira constitui via de escoamento dos produtos da Tanzânia, República Democrática do Congo, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Botsuana e Angola através do Oceano Índico. Dentre os produtos que figuram na pauta de exportação regional, destacam-se o tabaco, chá, açúcar, algodão, caju, camarão, alumínio, gergelim, carvão mineral, zinco, cobre, níquel e diamante dentre outros. Neste aspeto, a ocorrência de ciclones e inundações corrobora em implicações econômicas e sociais, visto que o ciclone Idai comprometeu a rugosidade dos fluxos comerciais em função

da intransitabilidade das rodovias. Ademais o poder devastador dos ciclones tropicais repercute nos preços das mercadorias, bem como os custos operacionais afetando economias destes países e, conseqüentemente o comércio internacional.

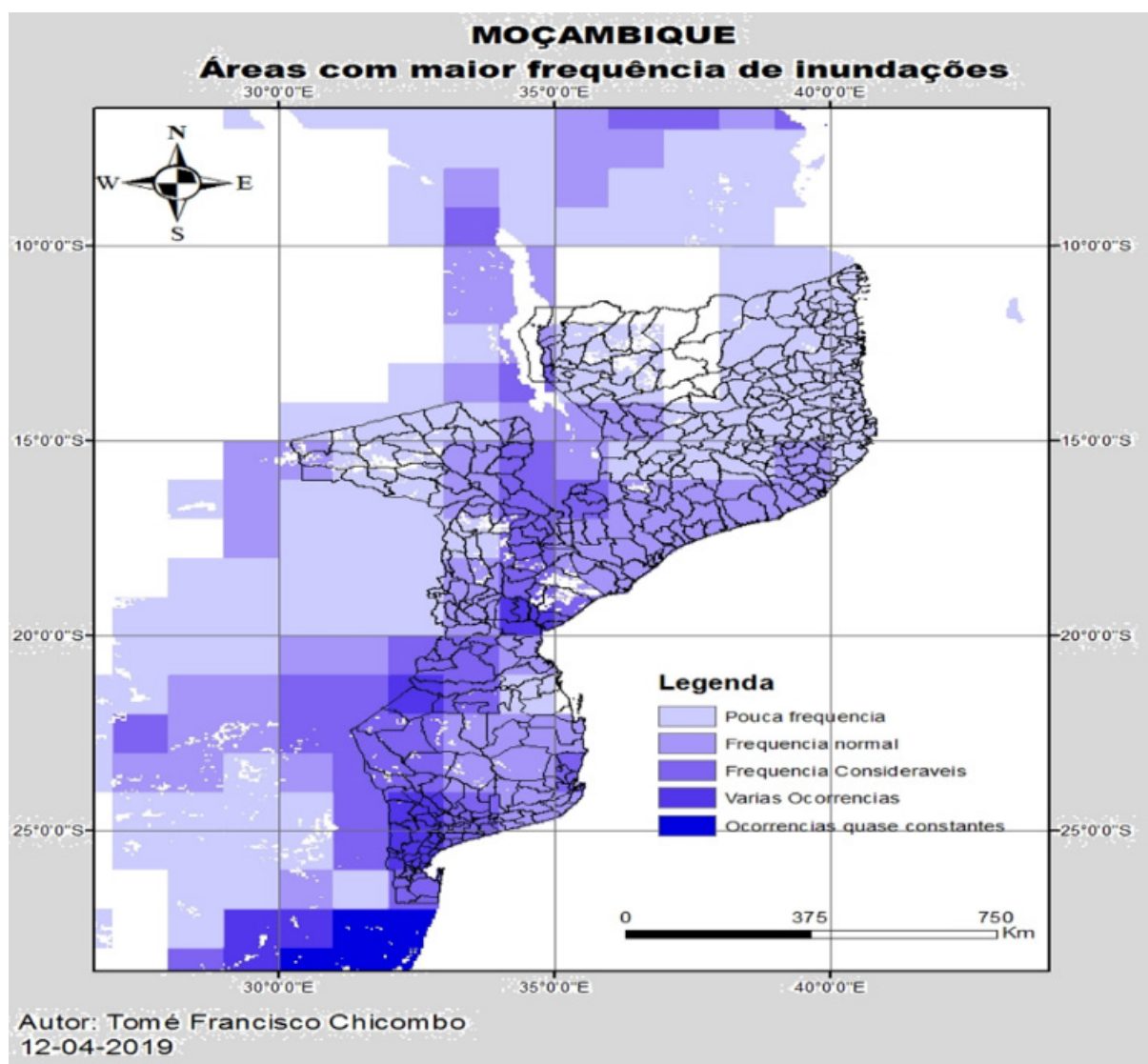
A figura 3 abrange a cidade da Beira e os distritos de Dondo, Nhamatanda de Buzi integram a região de ocorrência das inundações. Já a figura 4 trata as regiões da ocorrência de ciclones.

Nas palavras de Ayoade (2012, p. 112) “os ciclones tropicais nunca se originam sobre superfícies terrestres. De fato, eles enfraquecem quando se movimentam sobre o continente e sobre superfícies aquáticas frias. Eles se formam sobre todos os oceanos tropicais, exceto sobre o Atlântico Sul”. No caso da costa de Moçambique, a análise dos componentes atmosféricos revela a recorrência de ventos ciclônicos, em interação com os sistemas oceano-atmosféricos. Ao considerar escala temporal e espacial, com uso de procedimentos meteorológicos mais refinados vem reconhecer as mudanças barométricas consideráveis capazes de deslocar ventos nas mudanças de estações do ano.

Não é raro, identificar fatídicas inundações na cidade da Beira ou distritos como Buzi, visto que ocupações humanas tendem a aglomerar nas imediações dos canais fluviais. Nestes espaços, o direito à moradia encontra-se negado historicamente as populações de menor renda em Moçambique, sobretudo aquelas oriundas do espaço rural. Trazer à tona a questão da moradia não se resume em assegurar a habitabilidade em qualquer condição, mas prezar pelo princípio do acesso a infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Na perspectiva de Lefebvre:

[p]or assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer

Figura 3 - Áreas com frequência de inundações



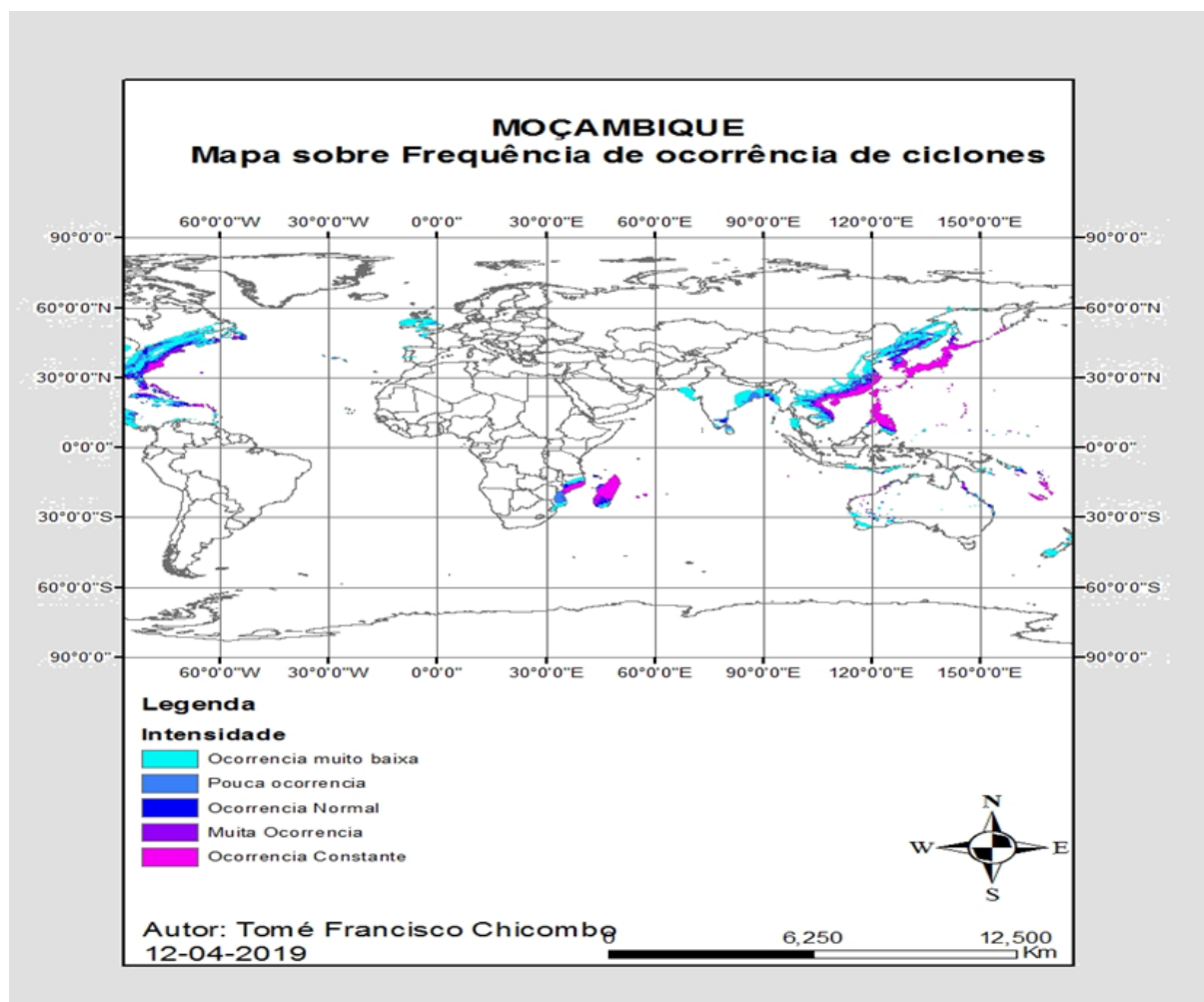
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem” (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

O espaço urbano tem se mostrado com um ordenamento territorial assimétrico no tocante a ocupação do solo. A lógica do mercado impera desrespeitando o princípio do direito à moradia. É preciso pensar estratégias de uso e a ocupação do solo, uma vez que no espaço

urbano há contradições marcantes, fruto da urbanização acelerada e concentração de renda. A ocupação gradativa de áreas potenciais de risco revela lacunas reinantes na arquitetura da malha urbana, sendo ela erguida nas imediações do leito maior dos canais fluviais. Outrossim, cabe estabelecer comparações entre as figuras 5 e 6 na perspectiva de pensar sobre os desdobramentos internacionais decorrentes do ciclone Idai, visto que Beira representa rota portuária estratégica para nações africanas.

Figura 4 - Áreas com frequência de ciclones no mundo



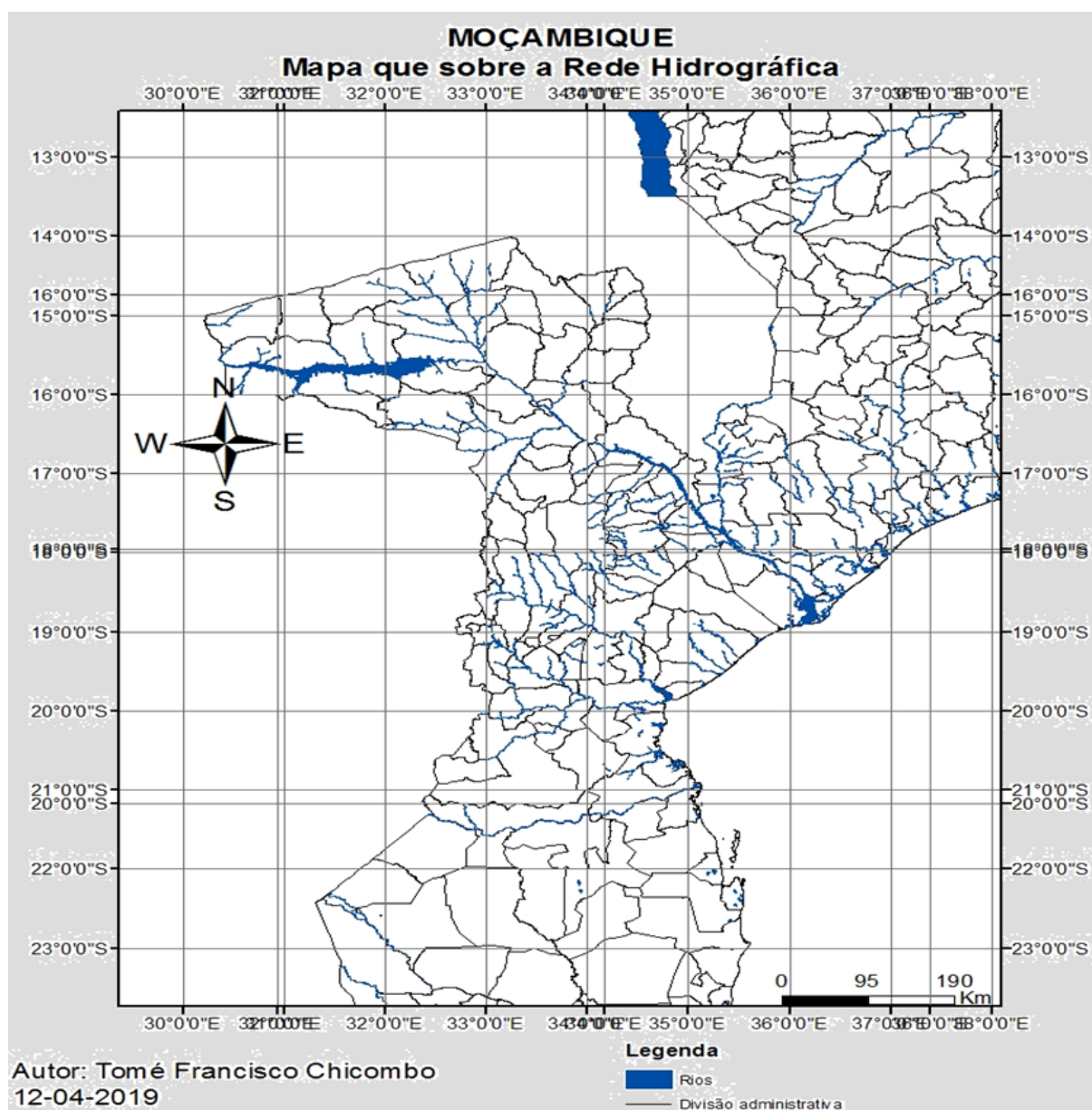
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

As bacias hidrográficas, de acordo com Cunha e Guerra (2017, p. 353), “(...) integram uma visão conjunta de comportamento das condições naturais e das atividades humanas nela desenvolvidas uma vez que, as mudanças significativas em qualquer dessas unidades podem gerar alterações, efeitos e/ou impactos a jusante (...)”. Ao analisar a rede de drenagem da área suscetível as inundações, torna-se notória a bacia do Zambeze em virtude da maior extensão e complexidade dos tributários. No caso a bacia do Púngoe região fortemente impactada pelas inundações do ciclone Idai, encontra-se ao sudoeste do Zambeze e desemboca

em estuário na cidade de Beira.

A drenagem regional aliada as chuvas torrenciais, ventos fortes típicos do clima tropical oceânico implicam na vulnerabilidade ambiental. Conforme Conti (1998, p. 44) “o sistema de canais frequentemente entra em colapso, ocorrendo transbordamento e enchentes, seguidos de surtos de doenças. Nas grandes cidades situadas nas latitudes tropicais, o fenômeno transforma-se em calamidade em virtude da maior violência das chuvas”. Decerto, situações de calamidade evidenciadas com a passagem do ciclone tropical Idai, no Sudeste da África demanda estudos específicos.

Figura 5 - Hidrografia de Moçambique



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Neste caso, eventos atmosféricos capazes de impactar a economia, a organização social, a saúde, o ambiente, a cultura, revelam a vulnerabilidade das sociedades humanas e a escassez ações preventivas no tocante aos impactos atmosféricos no âmbito internacional.

Discussão

Deste modo, o presente estudo procura trazer proposições naquilo que são as linhas de

orientações passíveis de convergir em algumas ações contributivas. No esforço de preparar populações suscetíveis as inundações e ciclones, é preciso discutir ações orientadas de acordo com os seguintes pontos:

Riscos

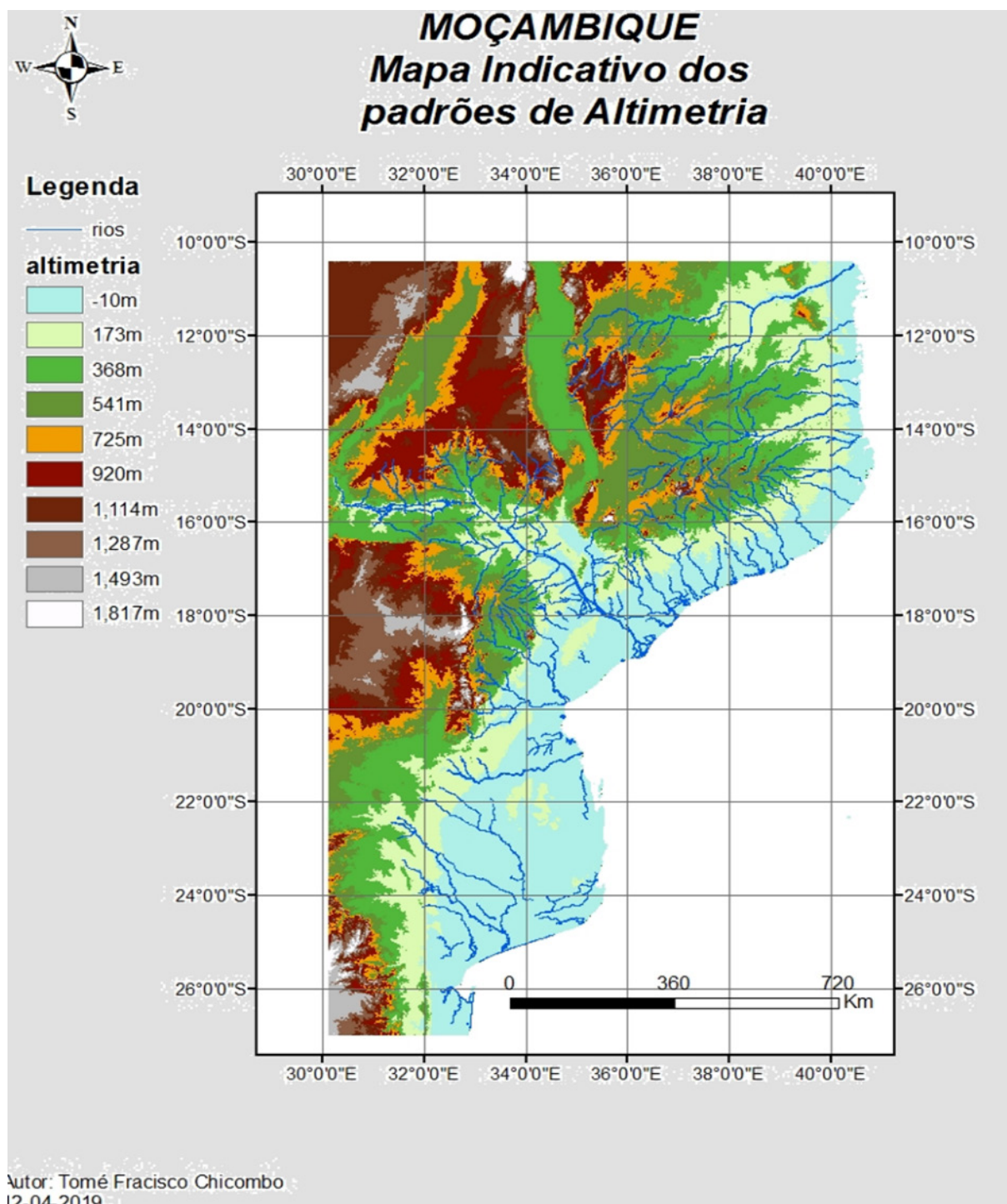
Os riscos devem ser analisados sob ponto de vista de segurança, saúde e meio ambiente ou ecologia. É importante nesta análise desta-

car a frequência, a magnitude e as características gerais do risco. De acordo com Gonçalves:

o risco, ou seja, a possibilidade de ocorrência do fenômeno, está ligada a capacidade de determinada sociedade prever um even-

to natural cíclicos de a ele se ajustar-se, em função do conhecimento de seus parâmetros: frequência, intensidade, duração, recorrência etc.; uma vez que os eventos extremos podem ser atenuados, controlados, mas dificilmente evitados. (GONÇALVES, 2003, p. 75).

Figura 6 - Altimetria de Moçambique



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Ao se fazer esta análise podem ser tomadas as seguintes medidas:

- Evitar o risco: retirar as populações das zonas propensas a inundações ou ciclones e ao mesmo tempo impedir que as populações se instalem nessas zonas.
- Aceitar risco: neste caso mantendo-se as populações em zonas de risco, deve-se fazer uma monitoria do nível do risco de uma forma permanente traçando medidas de minimização dos efeitos nefastos através de planos de contingência. O plano de contingência deve ter em conta os riscos biológicos e físicos. Os riscos biológicos estão relacionados com a flora onde podemos observar, por exemplo, doenças como malária e cólera, que são as mais frequentes quando ocorrem estes desastres naturais. Os riscos físicos têm a ver com a poluição das águas, por exemplo. Estas decisões devem ser tomadas tendo em conta o grau do risco. Os graus podem ser catastróficos, grave, significativo, leve e inexpressivo. As autoridades governamentais devem fazer uma avaliação da capacidade, investimento, questões sociais, ecológicas entre outros para tomar estas decisões. Na conceção de Rosa (2003),

[o] conhecimento atualizado da distribuição e da área ocupada pela agricultura, vegetação natural, áreas urbanas e edificadas, bem como informações sobre as proporções de suas mudanças, se tornam cada vez mais necessárias aos legisladores e planejadores, seja ao nível de governo federal, estadual ou municipal, para permitir a elaboração da melhor política de uso e ocupação do solo. (ROSA, 2003, p. 149).

Nas áreas suscetíveis ao risco, o emprego da análise espacial viabiliza a identificação, mapeamento, divulgação dos dados obtidos

através das geotecnologias. Neste caso, caberá à gestão pública traçar estratégias que vão desde a criação de setor mais apropriado para implantação de habitações seguras até promoção de espaços com menor ocorrência de riscos inundações. Em condições normais, a decisão de manutenção das populações é aconselhada quando o risco é leve ou inesperado.

Quando o grau do risco torna-se catastrófico, grave e significativo a retirada das populações é recomendável, embora aqui deve-se frisar a dificuldade clara de se retirar população da capital da província de Sofala, no caso da cidade mais atingida pelos ciclones tropicais e inundações. Então deve-se avaliar outro tipo de ações.

Vulnerabilidade

Deve-se pensar em novos modelos de construções com infraestrutura pública e privada resistentes aos vendavais, e ainda um modelo de urbanização criterioso com as questões ambientais reduzindo ocupações em áreas propensas às inundações.

Por outro lado, deve ser feito um investimento em sistemas de alerta, planos de educação das populações para tomadas de decisões em casos de desastres naturais, investimento em vias vicinais aptas ao acesso alternativo, vias de escoamento das populações, sistemas de abastecimento de água e energia alternativos, sistemas de telecomunicação alternativos. Deve-se fazer um investimento em instituições que lidam com desastres naturais equipando-as e criando outros órgãos competentes de acordo com as especificidades necessárias. Como lembra Spring (2016, p. 34) deve-se considerar a alocação de fundos para adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas de acordo com o índice de vulnerabilidade de cada país, uma vez que

políticas globais de mitigação podem mudar a direção, rumo a uma transição sustentável.

Resiliência

Cabe mencionar que, há premência na criação de plataformas de diálogo com populações e diferentes atores da sociedade, onde os mesmos devem ser inquiridos no tocante aos impactos ambientais na cidade da Beira, e, sobretudo, na área atingida pelos ciclones da bacia do rio Púngoe. Desse modo, vislumbra-se encontrar soluções a curto, médio e longo prazo. A abordagem sobre desastres naturais na cidade da Beira e bacia do rio Púngoe deve ter vários atores, cada um deles tem a sua responsabilidade face a situação de vulnerabilidade socioambiental. O governo deve criar, equipar e capacitar as instituições, e, essas por sua vez, devem lidar com o problema de desastres naturais, a partir da prevenção até a mitigação dos impactos.

Por outro lado, as Organizações Não Governamentais (ONGs), setor privado, doadores, associações e a academia podem tomar parte deste processo através de elaboração de projetos, troca de experiências, monitoramento, avaliação do risco ambiental, sensibilização das populações, criação e construção de bairros resilientes a desastres naturais, introdução nos currículos matérias referentes a desastres naturais, investigação dos fenômenos de desastres naturais procurando trazer soluções possíveis.

Metodologia

O presente estudo aborda as três etapas principais, a exploratória, a fase de coleta de dados e a fase de análise sistemática dos mesmos. A fase exploratória está calcada na revisão bibliográfica relativa a vertentes convergentes

de interesse: processo de urbanização na cidade da Beira, com especial com a drenagem do rio Púngoe, bem como fatores climáticos regionais, a organização do espaço urbano e a tênue relação natureza e sociedade sob a perspectiva do sistema atmosférico atuante e a ocupação desordenada do espaço. A segunda etapa, trata da coleta de dados, sendo eles sistematizados por meio de mapeamento do recorte espacial com uso de técnicas do geoprocessamento do ARGIS 10.4. Na terceira etapa, resulta na abordagem sistematizada das implicações socio ambientais que subjazem nas sociedades atingidas.

Resultados

Tendo em conta os aspetos socio ambientais existentes na cidade da Beira em particular na bacia do rio Púngoe notam-se elementos de extrema vulnerabilidade. De um lado a geomorfologia e do outro a localização geográfica que não jogam a favor. Trata-se de uma área propensa a inundações e a ciclones, isto é, mesmo não ocorrendo ciclones as inundações constituem uma grande ameaça de escala regional. Tais condições corroboram para investigações acuradas entre as condições atmosféricas observadas em cidades de baixas latitudes na costa leste africana.

Trata-se de uma zona plana e onde desagua o principal rio da zona central do país. As chuvas que caem nos países vizinhos a montante fazem com que o nível das águas do rio Púngoe eleve e, existindo assim, uma constante ameaça de inundações. O presente estudo procura trazer de uma forma resumida a discussão do problema do ponto de vista dos riscos ambientais. O meio ambiente, para efeitos do presente estudo pode ser explicado como tudo aquilo que cerca o ser vivo, incluindo a sua

sustentação, meio sociocultural, a relação do homem e a natureza tanto como a influência exercida pelo homem na natureza.

Deste modo, entende-se que existe uma necessidade de se fazer uma reflexão sobre o modelo de sociedade que esteja preparada para fazer frente aos riscos ambientais advindos dos desastres naturais como é o caso das inundações e ciclones. Para isso, tomando a cidade da Beira e a bacia do rio Púngoe como estudos de caso a reflexão em questão pode ser feita sob ponto de vista dos seguintes cenários constatados:

a) Suscetibilidade: dois fatores tornam a Beira e toda a bacia do rio Púngoe uma zona suscetível a ocorrência de ciclones e inundações. O primeiro fator é a sua localização (zona de ocorrência de ciclones tropicais). O segundo fator está relacionado com a geomorfologia (uma região planícies próximo ao estuário do rio Púngoe).

b) Risco: nos últimos anos os fenômenos de inundações têm ocorrido com maior frequência tanto como o fenômeno de ciclones embora alguns casos com menor intensidade. Isso torna o risco ainda maior.

c) Vulnerabilidade: Para Veyret e Richemond (2007 p. 40) “a vulnerabilidade coloca em jogo aspetos físicos, ambientais, técnicos dados econômicos, psicológicos, sociais e políticos. Ela não pode ser definida com simples dados científicos ou técnicos”. Moçambique é um dos dez países mais pobres do mundo. É possível identificar o modelo de urbanização desordenada, falta de qualidade na infraestrutura pública e privada, habitações inseguras devido ao escasso poder econômico de grande parte da população. Cabe ressaltar, a inexistência de planos de ordenamento territorial acompanhados de estudos mais aprofundados no que tange populações instaladas em zonas propensas a inundações. Por outro lado,

nota-se a falta ou deficiência de instituições que devem responder às questões dos desastres naturais. Não se conhece um plano de urbanização desenhado para fazer frente aos eventos catastróficos. Neste cenário, pode-se perceber a situação da cidade da Beira enquanto cidade altamente vulnerável aos desastres ambientais.

d) Resiliência: O ciclone Idai iniciou sua trajetória no dia 11 de março de 2019 na cidade da Beira, região central de Moçambique, atingiu também no seu percurso países vizinhos, sendo eles: Zimbabwe e Malawi. No entanto, na cidade da Beira, ficou evidente a fragilidade no processo reação ao evento. Receia-se que uma parcela considerável das perdas humanas esteja vinculada à capacidade de resposta perante ao desastre ambiental. A escassez de treinamento às situações de risco, tornou-se exposta mediante populações desalentadas por dias penduradas em árvores desprovidas do acesso a água. O resgate das populações ocorreu em grande parte com a ajuda de outros países. Notou-se a falta de meios de resgate, problemas com fornecimento de energia, água e falta de comunicação com as zonas afetadas. Em termos de fornecimento de água, energia, telecomunicações constatou-se uma falta de mecanismos alternativos. Perante esse cenário, pode-se afirmar que a cidade da Beira não está preparada para reagir a eventos como inundações e ciclones de modo a minimizar os efeitos negativos.

O ciclone Idai obriga-nos a fazer uma reflexão profunda em relação ao fenômeno das inundações e dos ciclones, uma vez que tendem a ser cíclicos. Esta reflexão deve envolver governos, parceiros, sociedade civil, ONGs, instituições religiosas e a academia com vista a reduzir a vulnerabilidade das populações e tornar a cidade mais resiliente aos fenômenos de ciclones e inundações.

Considerações finais

À luz de tais considerações, nota-se avanços significativos no tocante ao contato de Moçambique com as nações parceiras. Os dados atmosféricos obtidos a partir das imagens de satélites serão de grande importância no contexto presente e futuro. Contudo, não é suficiente conhecer a trajetória dos ciclones tropicais, categorizar o poder destrutivo dos mesmos, antever a duração do fenômeno em questão, quando se refuta em Moçambique os planos de contingência. De fato, pesquisas e estudos concernentes a vulnerabilidade socioambiental, reportam as geotecnologias já que estas evidenciam fenômenos até então difíceis de serem espacializados.

O entrelaçamento de Moçambique e a importância de Beira no contexto regional com outras nações, coloca o fenômeno em convergência com a agenda africana para resolução de problemas.

Fica claro que os estudos acurados dos riscos ambientais ampliam quantitativa e qualitativamente a disponibilidade de dados e informações aos segmentos públicos e privados. Cabe mencionar que, traçar estratégias de análise à mitigação socioambiental torna-se basilar, sobretudo ao se considerar estruturas habitacionais precárias, relacionados com ambientes caracterizados pela fragilidade econômica e escassez de serviços públicos de qualidade.

Mediante a configuração territorial em Beira, a significativa concentração urbana em espaços desvalorizados é em muitos casos, a maior representatividade das populações mais atingidas. Somados a esses quesitos, pode se constatar a escassez de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos riscos socioambientais. Neste caso, em Moçambique, subjazem as concepções das sociedades resilientes aos riscos

ambientais. É imperativo ofertar condições dignas de habitabilidade, bem como reduzir a distância entre o acesso à informação e a adoção de medidas preventivas.

Diante do exposto, pode-se inferir que a passagem do ciclone Idai na cidade de Beira tornou evidente a vulnerabilidade socio ambiental no país em função das inundações, perdas humanas, desorganização do espaço urbano, incidência de cólera. Tratar o fenômeno ocorrido como variável pertinente a dinâmica da circulação da atmosfera implica em negligenciar outras interpretações ao risco ambiental. Todavia, estudos como este propõem analisar de modo coletivo a vulnerabilidade socio ambiental, seja ela, de modo local ou regional e, assim apontar contribuições na inesgotável discussão sobre riscos, fragilidades, suscetibilidade na África tropical sob a ótica da prevenção.

Referências

- AYOADE, John O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
- BARBOSA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. *Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia*. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 121-153, jan./jun. 2010.
- CENACARTA, CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDATAÇÃO. Acesso em 12 Abr. 2019. Disponível em: <http://www.cenacarta.com/index.php>.
- CONTI, Jose Bueno. **Clima e meio ambiente**. 6ª.ed. São Paulo: Atual, 1998.
- CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. *Degradação Ambiental* In: CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 13ª. ed., 2017, p. 337 - 376.
- GONÇALVES, Neyde Maria Santos. **Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador**. In: MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (org.). **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 69 - 92.
- HARVEY, David **Justicia, naturaleza y la Geografía de la diferencia**. Quito: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador -Traficantes de Sueño, 2018

HDX, THE HUMANITARIAN DATA EXCHANGE. Acesso em 12 Abr. 2019. Disponível em: <https://data.humdata.org/dataset/global-active-archive-of-large-flood-events>.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

M A P L I B R A R Y . Acesso em 12 Abr. 2019. Disponível em: <http://www.maplibrary.org/library/stacks/Africa/Mozambique/index.htm>.

ROSA, Roberto. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

SPRING, Úrsula Oswald. Perspectives of Global Environmental Change in the Anthropocene. *In*: SOSA-NUNEZ, Gusta-

vo; ATKINS, Ed (ed.) **Environment, Climate Change and International Relations**. Bristol: E-International Relations, 2016. p. 29 - 41.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy Meschinet. O risco, o risco: Definições e vulnerabilidades do risco. *In*: VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Tradução de Dilson Ferreira. São Paulo: Contexto, 2007. p. 23 - 80.

WORLD BORDERS DATASET. Acessado em 12 Abr. 2019. Disponível em: http://thematicmapping.org/downloads/world_borders.php.



Resenha: Livro *Sobre a Guerra* organizado por José Luís Fiori examina a relação entre a guerra e a ética

Simone Kawakami Gonçalves Costa¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p52

Recebido em: 16 de julho de 2019
Aprovado em: 03 de fevereiro de 2020

O ato de guerrear é quicá um dos mais antigos da humanidade, perpassando diversas formas de sociedade. As guerras podem assumir diversas formas e almejar diferentes objetivos. Essas variações refletem-se nos discursos que circundam as guerras, que por sua vez revelam suas dimensões éticas, impactando não apenas suas justificações e objetivos, como a própria formação e transformação do sistema internacional. Frente a um tema tão candente as diferentes tradições teóricas encaram o problema da guerra, assim como da ética, sob prismas igualmente distintos. Analisar esta relação entre as guerras e as distintas éticas que subjazem detrás de suas deflagrações, sendo cruciais para moldar o sistema internacional desde a sua origem até a atualidade, estabelecendo um diálogo entre as principais correntes teóricas e autores caros às Relações Internacionais é a proposta trazida por *Sobre a Guerra* lançado em 2018.

Trata-se de uma coletânea de textos organizada por José Luís Fiori, resultado dos debates realizados em um longo ciclo de discussões que examinou as conexões entre a guerra e a ética em sessões abertas aos pesquisadores reunidos do

Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo dos 14 capítulos elaborados cada qual por um autor abordam-se problemas são tão antigos quanto a prática de guerrear. Não à toa, o livro apresenta-se dividido em três grandes blocos que abordam a partir de distintas matrizes teóricas a relação entre a guerra e a ética, abordadas em diálogo com as teorizações da escola realista.

O primeiro conjunto de artigos denomina-se “Evolução e Conflito”, e está dedicado ao exame da guerra em uma perspectiva de longa duração. O artigo *Guerra, ética e etologia* propõe uma abordagem pouco previsível ao apresentar um exame de sociabilidades primatas e suas guerras, vistas a partir da macro perspectiva de longuíssima duração. Sugere-se assim que a guerra tem natureza apomórfica para a humanidade, isto é, está marcada pela ancestralidade contida na própria evolução da espécie humana. Já o artigo *Evolução e moralidade* busca traçar um debate sobre como a guerra moldou a evolução da cooperação humana, tomando por base a teoria evolucionária para investigar os efeitos do igualitarismo primitivo na seleção natural.

¹ Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, residente na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Editora da revista *Estratégia Internacional-Brasil*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3528-6796>

O segundo bloco de artigos intitulado justamente *Guerra e ética*, é apresentado como o epicentro do livro de acordo com o organizador da obra. Nele apresentam-se textos dedicados a examinar a relação entre guerra, paz e justiça, e a possibilidade de constituição de uma ordem internacional e jurídica ética, capaz de ordenar as relações entre distintos povos que professam diferentes preceitos éticos. Em *Dialética da guerra e da paz* escrito por José Luís Fiori analisa-se detidamente a gênese do sistema internacional como derivada das guerras, cuja pilhagem sob a forma de tributação punitiva imposta pelos vencedores aos vencidos lançou as bases para a formação embrionária da hierarquia de forças entre as nações. Assim, o sistema internacional emerge de um desenvolvimento expansivo marcado pela necessidade de resolver o problema do financiamento da guerra, transformando o ato de guerrear em um instrumento fundamental do enriquecimento e da acumulação de poder. Essa natureza da guerra a faria ser a peça sistêmica da expansão do próprio capitalismo, sendo crucial para o desenvolvimento do sistema interestatal dentro e fora da Europa, até finalmente se universalizar no século XX com a globalização adquirindo diferentes faces e argumentações éticas. Assim, é sob a égide da hegemonia estadunidense que se dá sucessão de formas do sistema internacional, abarcando as guerras humanitárias do final dos anos 1990, posteriormente substituídas pela “guerra ao terror”, que de certa forma vigoram até o século XXI. A cada uma dessas formas de guerra corresponde uma determinada “ética”. Assim, a distinção entre os conceitos de “ética” e “justiça” assume na análise de Fiori não só um sentido filosófico, mas atua como um signo disruptivo, visto que a Guerra do Golfo operou-se em meio ao reordenamento

do sistema internacional, em um processo motivado por raízes muito mais profundas que os objetivos declarados pelos Estados Unidos. Em verdade, como Fiori bem indica, a Guerra do Golfo de 1991 conflui com uma transformação de grande magnitude no sistema internacional, traduzido no fim da Guerra Fria, e na ascensão de um momento que distintos autores e analistas caracterizaram como dominação unipolar estadunidense.

Já em *Guerra e ética em Aristóteles* há um debate crítico travado a partir das lacunas deixadas tanto pelos realistas como pelos liberais sobre a ética das guerras, que o artigo busca preencher propondo um diálogo entre a perspectiva das guerras justas e o pensamento clássico aristotélico. *Guerra, virtù e ética em Maquiavel* retoma as grandes transformações presentes no sistema internacional contemporâneo ao filósofo florentino que marcam a disseminação das guerras como formadoras do ordenamento interestatal. Já em *Guerra e liberdade em Mill, Kant e Hegel* apresenta-se um diálogo entre as visões otimistas europeias contidas no liberalismo clássico dos dois primeiros autores, e um contraponto com a percepção hegeliana sobre a guerra. Em *Guerra e violência na teoria marxista* oferece uma análise dos escritos de Marx e Engels sobre o militarismo, entendido como expressão das contradições que emanam do poder da classe dominante. *Guerra e moral internacional em Carr, Aron e Morgenthau* traz um exame das distinções e pontos comuns entre os autores citados no tema da ética da guerra. Por fim, *Guerras humanitárias e ordem ética* analisa o declínio do humanismo liberal durante os governos de Barack Obama.

Já o terceiro conjunto de artigos dedica-se ao exame dos principais debates teóricos sobre a geopolítica, geoeconomia e a dinâmica

das guerras no sistema internacional forjado no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Em *Guerra, moeda e finanças* analisa-se a relação entre moeda, financiamento, guerra e poder tomada desde a era hegemônica britânica até a ascensão do dólar, e, portanto, dos Estados Unidos como *hegemon*. Em *Guerra e dinâmica sociopolítica* retoma-se o pensamento estratégico de Clausewitz e distintos autores como Weber e Adam Smith para problematizar a definição de guerra centrada essencialmente no combate, ampliando essa noção para outros tipos de conflitos. *Guerras hegemônicas e ordem internacional* traz uma análise dos ciclos longos de acumulação capitalista como pano de fundo para um debate com as reflexões desenvolvidas por Modelski e Robert Gilpin sobre as guerras cujos efeitos resultam em transformação da dimensão sistêmica. Em *A geopolítica estadunidense e a Eurásia* retoma-se a centralidade da região eurasiática para a formação do pensamento geoestratégico estadunidense, e a forma como isso norteou as elaborações de Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger, passando ainda por outros autores como Stephen Walt e John Mearsheimer para concluir com uma análise dos documentos estratégicos dos governos de George H.W. Bush e Barack Obama. E encerrando esse bloco está *A visão confucionista e a geopolítica chinesa* que detalha como o confucionismo entende guerra e paz, e como isso impacta as relações interestatais da China na atualidade.

O epílogo que encerra a obra *Ética cultural e guerra infinita* de autoria de José Luís Fiori traz uma análise crítica ao documento de Estratégia de Segurança Nacional de 2017, já sob o governo de Donald Trump, na qual indica que estamos diante de uma nova reconfiguração do sistema internacional. Assim, com grande riqueza analítica e teórica *Sobre a Guerra* traz

em suas entrelinhas uma inquietação sobre a possibilidade de uma dinâmica de rupturas e transformações do sistema internacional em meio aos abalos sofridos desde a ascensão de Donald Trump ao poder, e à sua tentativa de estabelecer uma ordem distinta à que prevaleceu desde pelo menos o fim da II Guerra Mundial, construída e sustentada pelos próprios Estados Unidos.

A atual e crescente polarização da sociedade norte-americana, não apenas entre a classe detentora e os despossuídos, mas entre as próprias alas e frações das classes dominantes e dos grupos políticos do establishment, servirão de combustível para o crescimento do poderio militar global estadunidense. E isso não indica qualquer recuo dos Estados Unidos circunscrito aos limites de suas fronteiras, como alguns erroneamente interpretaram a retórica antiglobalização de Donald Trump. Assim, a declaração feita pelos Estados Unidos de que não se veem mais como os porta-vozes de valores universais, como consta em seu documento que traz a nova doutrina de segurança nacional publicado em 2018, não deve ser interpretada como maior equilíbrio de poderes. Pelo contrário, essa declaração aceita as diferenças éticas presentes no sistema internacional, anunciando dessa maneira batalhas ainda mais beligerantes fomentadas pela ruptura das instâncias que outrora davam rosto ao sistema internacional ao partilhar, ainda que discursivamente de uma mesma ética e valores. Este é um alerta trazido pelo livro *Sobre a Guerra*, que seguramente deve ser observado por todos nós.

Referência

FIORI, José Luís (org). **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. ISBN: 978-8532658579